



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho informou que não estaria presente, por doença súbita de um familiar (filho menor), pelo que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, considera justificada a falta da Sr.ª Vereadora.

O Sr. Vereador Vítor Manuel Fernandes Pereira ausentou-se da reunião no período compreendido entre as 11:30 horas e as 12:15 horas, para uma consulta médica.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 28, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2016
3. REQ. N. 1923/16, DATADO DE 14/11/2016 – PC N.º 384/16, DATADO DE 15/09/2016 – ANA ACÁCIA LEAL SILVA E TIAGO FETEIRA ROLO
4. REQ. N. 1889/16, DATADO DE 08/11/2016 – PC N.º 215/15, DATADO DE 24/06/2015 – PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

5. REQ. N. 1802/16, DATADO DE 24/10/2016— PC N.º 258/13, DATADO DE 08/08/2016 — HOTEIS CRISTAL — EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.
6. REQ. N. 1845/16, DATADO DE 28/10/2016 — PC N.º 195/15, DATADO DE 09/06/2015 — MARIA ZILIA PEREIRA
7. REQ. N. 1783/16, DATADO DE 20/10/2016 — PC N.º 509/2016, DATADO DE 20/10/2016 — ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMANHO GARCIA CAPELA
8. REQ. N. 2065/16, DATADO DE 09/12/2016— PC N.º 502/16, DATADO DE 09/12/2016 — TROFEUS DE VIDA - COMPRA E VENDA DE IMOVEIS LDA.
9. REQ. N. 2010/16, DATADO DE 28/11/2016 — PC N.º 492/16, DATADO DE 28/11/2016 — LUIS FILIPE SOBREIRA CALIXTO
10. REQ. N. 1967/16, DATADO DE 22/11/2016 — PC N.º 361/12, DATADO DE 30/11/2012 — SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1º DEZEMBRO
11. COLOCAÇÃO DE SINAL DE TRANSITO NA TRAVESSA DAS ESCOLAS EM VIEIRA DE LEIRIA
12. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DA ZIMG — PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL À ASSEMBLEIA MUNICIPAL
13. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE — PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL À ASSEMBLEIA MUNICIPAL
14. PROJETO DE ALTERAÇÃO DA FÓRMULA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO, RESPEITANTE AO CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO DEVIDA PELA NÃO CEDÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS- ARTIGO 127.º- PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL À ASSEMBLEIA MUNICIPAL
15. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
16. RECEPÇÃO PROVISÓRIA
17. PROCESSO DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL N.º 254/10 — REQUERENTES: TIMOTHY ALEXANDER TACCHI E BETINA KUNZL TACCHI — INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE INQUÉRITO — PARECER DA CCDR-C — NOMEAÇÃO DE INQUIRIDOR.
18. EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NO PARQUE MÁRTIRES DO COLONIALISMO. AUTORIZAÇÃO

19. REQUALIFICAÇÃO DE 20 FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL - BAIRRO DO CASAL DE MALTA - CONCURSO PÚBLICO N.º 03/2016 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS, TRABALHOS A MAIS E TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.
20. 24.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016
21. "REABILITAÇÃO DOS CAMPOS DE TÊNIS – ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE" - CONCURSO PÚBLICO N.º 14/2016 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016
22. DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À ESCOLA 1ª CEB DO ENGENHO
23. DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO AO JARDIM DE INFÂNCIA DA FONTE SANTA E JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM
24. P.A. N.º 84/2016-AP/DFTI – *“CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2017”*- ADJUDICAÇÃO
25. *“TRANSPORTES ESCOLARES E DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS, SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO - ANO 2017”*. ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO.
26. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM UNIPESSOAL SA. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA 2017. MANDATO DISCRIMINADO. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE.
27. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE. ALTERAÇÃO DO PREÇO DAS REFEIÇÕES.
28. APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2º E 3º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2016/2017.
29. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA – ANO LETIVO 2016/2017 – 1.ª FASE

30. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO GRUPO DESPORTIVO CASA ÁGUIA
COMPETIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO 26º CONCURSO NACIONAL DE PESCA
DESPORTIVA
31. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1ª
DE MAIO PARA REALIZAÇÃO DE UM TORNEIO DE ANDEBOL DE PRAIA, EM SÃO
PEDRO DE MOEL
32. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À APAMG – ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE
ANIMAIS DA MARINHA GRANDE PARA ACOLHIMENTO E TRATAMENTO DE
ANIMAIS ABANDONADOS
33. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE
PARA REALIZAÇÃO DO 6º GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DA AMIEIRINHA
34. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA
2016/2017 – FUTEBOL CLUBE “OS BELENENSES”
35. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2016
36. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
DEFICIENTES – DELEGAÇÃO DO CENTRO, PARA PROMOÇÃO DA PRÁTICA
DESPORTIVA POR PARTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
37. CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DE
NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA –
ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DA CANDIDATURA
APRESENTADA PELA PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E
LUDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE (PVMG) RELATIVA A APOIOS PARA 2017.
38. ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA
GRANDE E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL
DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE (ADESER) II, IPSS EM 12 DE SETEMBRO DE
2003
39. CONTRATO DE FORNECIMENTO E RECOLHA - APRECIACÃO DO PEDIDO
40. PROMESSA DE ARRENDAMENTO – JM GLASS – VIDROS DA MARINHA GRANDE,
SA
41. RESUMO DE TESOURARIA

42. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE PARA COLOCAÇÃO DE DOIS RELVADOS SINTÉTICOS DE FUTEBOL SETE NAS INSTALAÇÕES DO ACM. ADITAMENTO.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:

1 – Sr. António Neto Custódio, residente na Rua da Fonte, n.º 2, Passagem, Vieira de Leiria, que pretende saber se alguns ou todos os terrenos das Eirinhas - Praia da Vieira e que estão inseridos na RAN/REN vão ser desafetados com a revisão do PDM que está a decorrer.

2 – Sr.ª Sisaltina de Almeida Silva Filipe, residente na Urbanização Valeira, n.º 15, Boco, Vieira de Leiria, que uma vez mais reclamou pela falta de saneamento na urbanização onde reside.

3 – Dr. Almeida Gomes, proprietário dos Hotéis Cristal, que disse estar convencido que a questão referente ao preço da água fornecida ao Mariparque será hoje discutida. Agradeceu o esforço de todos e disse que gostaria que o processo fosse resolvido por unanimidade, tendo em conta as posições tomadas por todos em anteriores reuniões de Câmara.

4 – Sr. Mário Rui de Oliveira Matos, residente na Rua Warnhagem, Charneca da Sapinha, Moita, que, na continuação das suas intervenções nas anteriores reuniões, veio tentar sensibilizar a Câmara para a questão, tendo distribuído plantas com a localização do seu terreno, para melhor expor o seu assunto.

A terminar, deixou as seguintes sugestões:

- execução de um estacionamento em espinha frente ao edifício da Câmara;
- instalação do mercado na antiga FEIS.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

1 — Desafetação de terrenos das Eirinhas e Palhão, na Praia da Vieira, da REN e RAN: está-se na segunda fase da revisão do PDM. Vai haver negociação com entidades, nomeadamente a Reserva Agrícola e a CCDR — Reserva Ecológica, e a Câmara irá pugnar para que sejam desafetadas algumas zonas, que neste momento não sabe precisar, porque tudo dependerá das negociações.

2 — Saneamento na Urbanização Valeira: o projeto está concluído. A Câmara está a insistir com as Infraestruturas de Portugal para desclassificar os 400 e tal metros de estrada, e logo que seja feito e que a estrada passe para municipal, a Câmara avançará.
A munícipe quis intervir, para reclamar do facto de a resposta ser a mesma há muito tempo, mas o Sr. Presidente não permitiu, uma vez que, nos termos do Regimento, já utilizou o tempo de intervenção do público, que é de 5 minutos.

3 — Na altura devida será analisado o pedido relativo ao Mariparque, uma vez que consta da agenda da reunião de hoje.

4 — Terreno na Moita: está-se na revisão do PDM, tal como acontece para as Eirinhas, com a agravante da Moita não ter PDM. Neste momento a fase é a mesma, pelo que não há mais elementos a dar.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Embora as reuniões de Câmara não possam ser um plenário, pensa que tem de se encontrar uma forma para evitar situações como a que aconteceu hoje, porque em nada prestigia o órgão. Para além dos 5 minutos de intervenção do público dever-se-á dar, por exemplo, mais tempo para pôr uma questão.
- ⇒ Saneamento — está previsto ou não, há dificuldades ou não?
- ⇒ Dr. Almeida Gomes — embora o Sr. Presidente não queira alterar a ordem de trabalhos, mas como também terá que se ausentar da reunião para uma consulta médica, e porque gostava de votar, perguntou se não se poderá alterar a votação.
- ⇒ Sr. Mário Matos — as questões estão a ser vistas em termos de PDM, e por isso têm que se ir acompanhando.

- ⇒ Propôs, à Câmara e ao Sr. Presidente que, em conjunto com a Comissão de Utentes do Centro de Saúde da Marinha Grande, se faça um debate sobre a situação da saúde na nossa região. As urgências no Hospital de Leiria são um caos. Também há problemas no Centro de Saúde da Marinha Grande. A Câmara tem uma palavra a dizer, e deverá junto da ARS e do Governo pressionar no sentido de minimizar os problemas que existem. Não há capacidade de atendimento. Pôs-se ao dispor do Sr. Presidente para o que for necessário nesta matéria.
- ⇒ Deu os parabéns à Mónica Dengucho, pelo êxito alcançado na natação, bem como ao Desportivo Náutico da Marinha Grande.
- ⇒ E-mail's e bases de dados da Câmara – pretende saber o que se passa, uma vez que recebeu informações no e-mail pessoal e têm surgido algumas dúvidas.
- ⇒ Atividade desportiva federada – como ainda só se apreciaram algumas candidaturas, gostava que a Sr.^a Vereadora explicasse o que se passa com as restantes. Compreende que possa haver falta de entrega de documentos, pelo que gostaria de saber como estão os contactos com os clubes nesse sentido.
- ⇒ Ao Sr. Presidente questionou: e o Orçamento? Os Documentos Previsionais para 2017? O Sr. Presidente ficou de apresentar a proposta, mas até agora zero. Não lhe parece uma situação normal.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Sr. António Neto – O Sr. Presidente já respondeu.
- ⇒ D. Sisaltina – não está a par da situação, mas sempre defendeu a saúde e o saneamento para uma cidade desenvolvida. Deve-se falar próximo e não à distância, pelo que sugeriu à munícipe que fale com o Sr. Presidente no intervalo da reunião.
- ⇒ Dr. Almeida Gomes – gosta de o ver aqui como munícipe mas não como empresário, porque tem que utilizar o seu tempo para fazer investimento. O pedido que apresentou terá o seu voto favorável porque se trata de um investimento de interesse para o concelho, que o prestigia e que criará mais emprego.
- ⇒ Sr. Matos – fez suas as palavras do Sr. Vereador Vítor, porque não está a par das questões do PDM.
- ⇒ O Sr. Vereador Vítor disse que se irá ausentar, mas não fica contente com a ausência da CDU, que é uma força viva que faz falta, pelo que a sua ausência será notada.
- ⇒ PSD da Marinha Grande – pensa que se encontra num beco sem saída. É independente e está aqui na Câmara a defender a população que o elegeu. Não tem nada a ver com a comissão política, apenas com a essência do partido que o elegeu. Só defende as pessoas que votaram em si.
- ⇒ Pediu o ponto de situação do prédio de S. Pedro de Moel, que se encontra embargado.

- ⇒ Um munícipe queixou-se de que continua sem se fazer obra: não há mercado nem há piscina. Também ele próprio se sente cúmplice desta situação, sem que se façam obras de referência.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Os munícipes queixam-se e têm razão. Na forma, e sobretudo no conteúdo. Na forma porque as regras são estas, foram feitas pela Câmara mas podem ser corrigidas, pelo que desafiou o Sr. Presidente a fazer essas correções, e que na próxima reunião venha a alteração ao Regimento.
- Entende que é difícil dizer as coisas sem que haja interação com quem dá as respostas. O que se passou aqui hoje não deve acontecer. Deve-se dizer a verdade. Só que estas situações também acontecem com os próprios Vereadores, porque se aprovam propostas e depois não se implementam. É uma brincadeira, mas de mau gosto. Não são estas as regras da democracia. Tem que se alterar a forma, e já a partir da próxima reunião, para que não haja razões.
- ⇒ Dr. Almeida Gomes – pediu ao Sr. Presidente, e à própria mesa, para atender o seu pedido. Já aconteceu várias vezes, a ordem dos assuntos não tem problema, e até percebe que o munícipe esteja interessado nesta discussão, que não deverá servir só o Maríparque mas outros agentes económicos da região.
- ⇒ O Sr. Presidente ainda não respondeu às suas questões, disse que o ia fazer por escrito mas ainda não recebeu nada.
- ⇒ Perguntou:
- Em que ponto está a implementação das suas propostas que aqui foram aprovadas?
 - Ainda não recebeu a relação de todo o património da Câmara, e é grave, porque alegadamente estarão a passar propriedades da Câmara para particulares.
- ⇒ Venda de bilhetes na Casa da Cultura – é uma situação grave, não dão informação e os bilhetes esgotam no próprio dia. Os espetáculos não são adequados para aquela casa, são excessivamente caros e os bilhetes são muito baratos.
- Conhece a dificuldade de gestão desta situação, mas propõe:
1. Que não se aceitem mais reservas de bilhetes e que sejam vendidos por ordem de chegada, presencialmente;
 2. Que os bilhetes sejam postos à venda uma semana antes do espetáculo.
- ⇒ CPCJ – tem um trabalho de mérito para o concelho. Pede à Sr.^a Vereadora o seguinte:
- Qual a contribuição da Câmara para a CPCJ em meios financeiros?
 - Qual o orçamento e contas? Pretende uma cópia.
 - É verdade que foram admitidos dois colaboradores remunerados?
 - Se for verdade, em que condições, para que período, qual a remuneração e quais os critérios de admissão.

- ⇒ Rua Fontenay-sous-Bois – há uma zona que é da Câmara e que está com mato. Pretende informação sobre o que se está a fazer.
- ⇒ Revisão do Orçamento de 2016 – foi aprovada há dois meses, e ficou acordado um conjunto de obras que deveriam estar realizadas até 2016. Qual o ponto de situação de cada um destes investimentos?
- ⇒ Orçamento para 2017 – confirma-se o que já tinha dito. Repete-se a “novela” de 2016, ou seja, está-se no fim do ano e não há nada.
Qual o saldo de gerência de 2016? Parece-lhe que será acima dos 10 milhões de euros. Isto revela a incapacidade de fazer o que se deveria fazer, nomeadamente as obras que deveriam ter sido feitas.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e, tendo em conta que enviou por escrito a sua intervenção, passa-se a reproduzir o seu conteúdo:

1. *Sobre a intervenção dos munícipes referi que os munícipes vêm à reunião porque já tentaram resolver por outros meios e não conseguiram.
Resolvam-se os problemas dos munícipes, nem que seja dizer-lhes a verdade, e não continuar a prometer.*
2. *Felicitei a nadadora Mónica Dengucho Domingues, do Desportivo Náutico da Marinha Grande por se ter sagrado campeã nacional nos 200 m costas, em piscina curta. Ainda na mesma competição, a nadadora marinhense Giovanna Vargas sagrou-se vice campeã nacional em três disciplinas: 100 m mariposa, 200 m mariposa e 400 m estilos.*
3. *Felicitei o jovem marinhense André Rodrigues por ter participado na seleção nacional que se tornou Campeã Europeia de Surf, em Juniores. Recordo que recentemente se tinha sagrado campeão nacional e neste campeonato da europa, com o seu terceiro lugar, ajudou a seleção portuguesa a tornar-se campeã europeia*
4. *Felicitei o atleta marinhense Iderlindo Gomes, por em representação da seleção nacional, se ter sagrado vice-campeão europeu em cadeiras de rodas em andebol. Para além da proeza, o Iderlindo foi ainda o melhor marcador da prova.*
5. *Questionei sobre o Orçamento 2017. Afinal o que se passa? Somos o único município dos 16 concelhos do distrito de Leiria, que ainda não apresentámos orçamento para 2017.*
6. *Questionei sobre o que se passa com os bilhetes para o concerto de 18 de Janeiro, com o Pedro Abrunhosa?
Vários munícipes contactaram-me com muitas interrogações e desconfianças, alguns mostrando indignação. Um deles disse-me que “quando soube do concerto fui para comprar e já não havia bilhetes, mas um amigo meu disse-me que conseguia bilhetes. Estou em não aceitar para não ir contra os meus princípios, mas estou desconfiado e de algum modo revoltado”.
Quantos bilhetes estão vendidos? Ou será que estão apenas reservados?*

7. *Desejei a todos um Bom Natal.*

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira respondeu o seguinte:

- ⇒ Dr. Almeida Gomes – faz suas as palavras dos Srs. Vereadores.
- ⇒ Em relação às outras questões dos municípios o Sr. Presidente já o fez, tal como lhe compete.
- ⇒ Bilhetes – a sugestão do Sr. Vereador Carlos Logrado já foi transmitida na reunião de ontem com os serviços. A partir de agora não se fazem mais reservas.
- ⇒ Sobre a situação relatada, não tem nada de estranho. Foi preservada a informação até ao último dia, e as próprias funcionárias não sabiam, daí a resposta que davam, para que não houvesse qualquer suspeição ou privilégio a alguns municípios. As pessoas souberam através do site e do facebook da Câmara e também foi transmitido às funcionárias nessa altura. Foram vendidos 109 bilhetes até agora. Os outros não foram ainda levantados, e têm que o fazer até 11 de janeiro. Até agora eram 24 horas, mas viu-se que era pouco.
A Casa da Cultura só tem 250 lugares. Em 2015 lotou em seis espetáculos, em 2016 em 9 espetáculos. Habitualmente não acontece, só em situações excecionais.
- ⇒ Preços baixos dos bilhetes – os preços são aqui aprovados, e na anterior proposta já houve aumento, e mesmo assim teve adesão do público. É a experiência que faz alterar as situações.
- ⇒ Sobre a segunda sugestão do Sr. Vereador Carlos Logrado vai ponderar e tentar ajustar com os serviços, porque está em curso a bilhética.
- ⇒ CPCJ – faz um trabalho de mérito. Tem transmitido isso aos técnicos, e o Presidente da Comissão Nacional reconhece o prestígio da CPCJ da Marinha Grande.
A CPCJ não tem orçamento próprio, não tem autonomia financeira. Há um protocolo, tal como em todo o país, entre a CPCJ e a CMMG, que transfere verbas próprias.
Compete à Câmara ter um administrativo e um técnico e dar os meios (por ex. computador), adquiridos tal como para a Câmara, por requisição.
Ter mais técnicos a tempo inteiro aumenta a capacidade de intervenção, e a CPCJ tem vindo a ter o apoio de uma IPSS. Os técnicos são colocados e cedidos pelas várias entidades intervenientes. A verba que a Câmara dá tem sido gerida pela IPSS.
Há trabalho voluntário na CPCJ, prestado por técnicos, e quando sai alguém entra uma das pessoas que já prestou esse trabalho voluntário, porque já está por dentro do funcionamento. É isso que é feito e é dado conhecimento na Comissão.
O Sr. Vereador Carlos Logrado perguntou se há vínculo laboral.
A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira disse que não têm, porque a CPCJ não tem autonomia financeira. As pessoas recebem a recibo verde ou como estágios profissionais. A Câmara tem lá uma funcionária administrativa, a Segurança Social tem lá técnicos, e todos os outros são colocados por essa IPSS.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou quanto a Câmara recebe do Estado.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que o valor está no orçamento, porque são receitas consignadas.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu essa informação à Sr.ª Vereadora, de quanto a Câmara recebe e o que dá, e se está indicado expressamente que é para a CPCJ.

A **Sr.ª Vereadora** pediu aos Srs. Vereadores para esclarecerem na DFTI, durante o intervalo.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Intervenção do público – a democracia também tem regras, estão estabelecidas e quem dirige as reuniões tem que zelar pelo seu cumprimento. Entrar em diálogo não leva a nada.
- ⇒ Sobre a alteração à ordem de trabalhos parece-lhe ser unânime a alteração do ponto 39 para o início da reunião.
- ⇒ Regimento – não irá propor qualquer alteração.
- ⇒ Comissão de utentes – esta semana, ele e a Sr.ª Vereadora, receberam alguns elementos. Os tempos de espera no Centro de Saúde da Marinha Grande, nesta altura do ano, pareceram-lhes normais, contudo estão em diálogo permanente.
- ⇒ Dados da Câmara – são para uso dos serviços, não deu ordem para os disponibilizarem a ninguém, nem julga que alguém tenha a base de dados da Câmara.
Aproveitou a ocasião para informar que a CIMRL vai dar uma formação aos técnicos sobre segurança informática.
- ⇒ Atividade federada – ainda faltam alguns clubes por falta de dados. É possível que ainda tenha que haver uma reunião extraordinária para aprovar esses apoios.
- ⇒ Orçamento para 2017 – a revisão atrasou-se, mas já houve duas ou três reuniões preparatórias. Têm que ser feitos cortes na despesa em função da receita, os dados têm que ser carregados, e está a ser feito tudo para realizar uma reunião extraordinária para esse efeito.
- ⇒ Saneamento das Valeiras – conhece a situação, ele próprio, com a técnica, conseguiu negociar quase todas as cedências. Agora há um obstáculo, que é a desclassificação pelas Infraestruturas de Portugal, tendo a Câmara proposto receber o troço sem qualquer intervenção. Não é uma situação fácil de negociar com as Infraestruturas de Portugal, como já aconteceu noutros casos. Esta é a situação, não há qualquer desculpa e não há outro sítio para o saneamento passar.
- ⇒ Resposta às questões do Sr. Vereador Logrado – informou, em relação às suas propostas, que na altura pediu aos técnicos para verem a sua exequibilidade, e também quais as dificuldades, nomeadamente da Comissão de Proteção de Dados.
O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou se já houve consultas a essas entidades.
O **Sr. Presidente** disse que ainda só pediu internamente aos serviços, e só depois pedirá externamente.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que então queria resposta e cópia do que já foi feito.

- ⇒ Prédio de S. Pedro – o Sr. Presidente informou que se está à espera de uma resposta, e que o assunto vem hoje à reunião.
- ⇒ Vergieiras – as obras ainda não estão concluídas e os terrenos ainda não são da Câmara.
- ⇒ Orçamento para 2017 – já informou.
- ⇒ Orçamento de 2016 – em relação aos investimentos coloca-se agora um problema, que é a retirada, pela autoridade reguladora, da autorização à plataforma Construlink, porque praticava preços para os contraentes, quando deveriam ser gratuitos. Houve uma auditoria, não responderam, e foi-lhes retirada a autorização. A CMMG tem problemas com essa plataforma. No dia 26 de dezembro a plataforma fecha, o seu histórico tem que ser facultado aos clientes, e desde já não se podem lançar quaisquer procedimentos. Hoje já se está em negociação com outras plataformas, porque a situação é preocupante.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente deu por concluído o período de antes da ordem do dia, avançando de seguida para a ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 28, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2016

Retirado da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

39 - CONTRATO DE FORNECIMENTO E RECOLHA - APRECIAÇÃO DO PEDIDO

Tendo em conta que foi deliberado por todos alterar a ordem do dia, de modo a ser votado de imediato o **ponto 39**, o **Sr. Presidente** apresentou a proposta, que visa aplicar um escalão único aos consumos de água do Mariparque.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** ausentou-se da reunião nesta altura, para ir a uma consulta médica, mas pediu ao Sr. Presidente que considerasse o seu voto favorável a esta proposta, o que foi aceite.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** reconheceu o investimento hoteleiro, elencou o historial das considerações feitas sobre o assunto em anteriores reuniões e pediu ao Sr. Presidente que chame a Chefe da Divisão de Administração e Modernização para ajudar a explicar a sua informação jurídica, uma vez que é o único documento que suporta esta decisão.

O **Sr. Presidente** solicitou a presença da Chefe de Divisão, e referiu que esta decisão é uma decisão política, tendo em conta aquilo que já foi dito anteriormente, porque um Chefe de Divisão analisa o processo no âmbito da lei e das regras da ERSAR.

A **Chefe da Divisão de Administração e Modernização, Dr.ª Lina Frazão**, explicou a sua informação técnica, e prestou os esclarecimentos solicitados pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O **Sr. Presidente** disse que estranhava esta intervenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, uma vez que desde sempre se tem dito que a situação não é suportada pelas normas da ERSAR. Esta proposta não é mais do que o resultado daquilo que tem sido a opinião de todos expressa ao longo de várias reuniões de Câmara.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que a única maneira de ultrapassar a situação é a tomada de uma decisão política, em que o princípio da substância deve prevalecer sobre a forma, na defesa intrínseca do interesse público. Por esta razão irá votar favoravelmente.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que aquilo que se está a fazer é a tomar medidas para defender os interesses do concelho, expressando o seu sentido de voto favorável, uma vez que a defesa desses interesses deve estar acima de qualquer parecer técnico.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que pretendia fazer a seguinte proposta:
que o ponto seja retirado, porque quer votar favoravelmente mas de forma confortável, para haver uma avaliação jurídica que sustente a proposta.

O **Sr. Presidente** disse que essa avaliação está feita, porque a Dr.ª Lina Frazão também tem formação jurídica.

793 - Seguidamente pôs a votação a proposta do Sr. Vereador Aurélio Ferreira: retirar o ponto e obter um parecer jurídico e técnico, de preferência da entidade reguladora.

Esta proposta foi rejeitada, com 4 votos contra e 1 voto a favor, do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

De imediato o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

39 - CONTRATO DE FORNECIMENTO E RECOLHA - APRECIÇÃO DO PEDIDO

794 - Desde 26 de junho de 2012 que vigora um contrato de fornecimento e recolha entre o Município da Marinha Grande e Hotéis Cristal Empreendimentos Turísticos, S.A., destinado ao abastecimento de água e recolha de resíduos urbanos do MARIPARQUE – Parque Aquático e de Diversões, localizado na Praia de Vieira de Leiria;

O MARIPARQUE – Parque Aquático e de Diversões, é um parque de diversões temático e aquático, composto designadamente por escorregas, pistas e *water slides* e piscinas exteriores para adultos e crianças, sendo uma estrutura que funciona somente no período de verão;

Desde abril de 2015, por força de imposições relacionadas com a saúde pública e face à natureza da atividade desenvolvida, a infraestrutura abastecida pela rede pública, passou a consumir elevadas quantidades de água;

Em cumprimento do Regulamento de Tarifas de Distribuição de Água do Concelho da Marinha Grande para cada tipologia de consumidor, é aplicável uma tarifa bipartida, com uma componente fixa – independentemente dos consumos efetuados e devida desde que o serviço se encontra contratualizado, e outra variável, associada à quantidade de água consumida e de resíduos urbanos produzidos.

Deste modo, em consonância com a estrutura e a definição do tarifário aplicável à situação em apreço, a tarifa variável do serviço de água, definida através de escalões progressivos, de aplicação cumulativa, é de:

Escalão	Intervalos	Euros
1.º	0-100 m³	0,7421€
2.º	101 – 500 m³	0,9368€
3.º	Superior a 500m³	1,8612€

No ano de 2016, no âmbito deste contrato de abastecimento público de água, já foram consumidos cerca de 6 318 m³ de água, a que corresponde um volume de faturação no valor de 66.278,67€;

Em consequência, o utilizador tem vindo, reiteradamente ao longo do ano de 2016, a solicitar a revisão da tarifa aplicável uma vez que face aos elevados custos associados ao abastecimento de água do Complexo Aquático está a tornar-se insustentável dar continuidade à exploração da infraestrutura aquática e a inviabilizar a possibilidade de investimento em obras de remodelação e modernização da mesma.

Ora, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e a transferência de competências do Estado para as autarquias locais, acomete aos municípios atribuições no âmbito do Ambiente e Saneamento Básico.

Por sua vez, o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na redação atual, que estabeleceu o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, preceitua que *“a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos é uma atribuição dos municípios e pode ser por eles prosseguida isoladamente ou através de associações de municípios ou de áreas metropolitanas, mediante sistemas intermunicipais (...)”*.

Além disso, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea e) da citada Lei n.º 75/2013, cabe à Câmara Municipal fixar os preços e as tarifas pela prestação de serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

Assim, reconhecendo que a infraestrutura é um elemento relevante no desenvolvimento e na dinâmica turística da Praia de Vieira de Leiria, que assume grande importância enquanto atividade económica, que contribui para a sustentabilidade da economia local, quer em termos de capacitação profissional para os habitantes, incremento de negócios ou exploração das potencialidades locais e que a sustentabilidade da infraestrutura depende da definição de uma política pública assente num alinhamento de esforços por forma a potenciar o estímulo à competitividade, ao desenvolvimento da oferta seletiva e ao reforço da atratividade da oferta turística local como destino. Reconhecendo ainda que o turismo constitui uma das maiores indústrias da Praia da Vieira e que a infraestrutura em particular contribui decisivamente para a melhoria do nível de vida e para a promoção turística local, a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na redação atual e artigo 33.º, n.º 1, alínea e) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, **delibera aplicar, como tarifa única de consumo de água, a tarifa variável correspondente ao 1.º escalão de consumo do tarifário respetivo, sem escalões progressivos, no valor de 0,7421€/m³, para o contrato da Rua da Lagoa, Praia de Vieira de Leiria, Marinha Grande, destinado ao abastecimento de água e recolha de resíduos urbanos do MARIPARQUE – Parque Aquático e de Diversões (cliente n.º 415812), da seguinte forma:**

-Consumo de água

-Tarifa fixa mensal – 19,4790€

-Tarifa variável – 0,7421€ /m³ (sem escalões progressivos)

-Saneamento

-Tarifa fixa mensal – 6,4992€

- Tarifa variável – isento

-Resíduos urbanos

-Tarifa fixa mensal – 3,0330€

-Tarifa variável – 0,2466€/m³

Mais delibera, ao abrigo do disposto no artigo 156.º, n.º 2, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que a tarifa variável ora fixada seja aplicável a todos os consumos respeitantes ao ano de 2016.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Trata-se de um empreendimento de interesse público, uma fonte de atração turística, que se consubstancia numa mais-valia para o concelho da Marinha Grande, e em particular para a freguesia de Vieira de Leiria.

Em boa hora se copiou as boas práticas de outros concelhos em situações análogas.

Neste caso concreto trata-se de uma decisão política, e privilegiou-se o princípio da substância sobre a forma, na defesa intrínseca do interesse público.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“A persistência dos munícipes tem resultado. Não era necessário tanto tempo para chegarmos a este veredicto. Os interesses concelhios não se compadecem com hesitações, falta de visão estratégica ou reforço da burocracia. A nós decisores cabe-nos encontrar as soluções criativas, cumprir a lei e defender os interesses da nossa terra e das nossas gentes.

Tomo o caso concreto como simbólico do que temos que fazer para promover o turismo no concelho da Marinha Grande e fazer com que esta atividade se torne, a par da indústria, num sector relevante.

No entanto, sob o ponto de vista da forma, tenho sérias dúvidas do suporte legal para a decisão tomada. Disse na última reunião qual seria o enquadramento legal em que, não tenho dúvidas, este assunto deveria ser tratado.

Este incentivo deveria ter sido suportado legalmente não como uma alteração tarifária mas sim como um incentivo ao investimento.

Desta forma não seriam necessários os complexos pareceres legalmente exigidos pela ERSAR.

Teria ainda uma outra vantagem, é que os incentivos seriam extensivos a todos os agentes económicos não sendo necessário legislar à medida e caso a caso.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Atendendo ao parecer que acompanha o processo (Divisão de Administração e Modernização – Informação 1/2124/2016, de 12.12.2016), que não suscita dúvidas quanto ao facto de:

a) ser “imperativo que a alteração do sistema de tarifário em vigor tenha de se conformar com o conjunto de obrigações que resultam dos instrumentos legais e regulamentares identificados e sobre o qual seja emitido parecer favorável da ERSAR” e que, actualmente, “acontece que o estudo de fundamentação das mesmas e a respectiva análise económico-financeira apresentada pela FUNDEC está pendente de decisão, assim

como a proposta de revisão do sistema tarifário e do Regulamento de Serviços”, circunstâncias que, à data, não estão cumpridas;

b) ser “imperativa a conformação de qualquer alteração tarifária com as orientações regulamentares e legislativas aplicáveis às tarifas a praticar nestes domínios, razão que obsta à aplicação de uma tarifa especial que possa satisfazer a pretensão do requerente”.

c) A conclusão da Chefe de Divisão em apreço, designadamente quanto ao facto de “não vislumbramos possibilidade de sustentar a apresentação de uma proposta para alteração do tarifário, que viesse a dar resposta ao pedido do requerente”.

Considero que não há condições legais para aprovar a proposta que vem a reunião sob a forma de minuta subscrita sabe-se lá por quem (não há qualquer documento assinado com este conteúdo, pelo menos que tenha sido previamente enviado a mim).

Mais...porque razão a informação da chefe de divisão não é transcrita para a ata e sobre ela recai a decisão e o executivo opta por escrever uma outra proposta completamente divergente do texto da referida dirigente?

Ficamos ainda sem saber o que o Sr. Presidente, no despacho de 9 de Setembro, cujo conteúdo desconheço, terá escrito e com que legitimidade, de modo a que o “ao valor da dívida já tenha sido subtraída a componente da tarifa variável de saneamento”. Onde está inscrita essa sua competência?

Registo ainda a necessidade de cobrança dos valores em dívida nos termos da lei, acautelando que não será mais um valor que a Câmara Municipal (cf. Problema já levantado por mim numa comunicação anterior) deixa prescrever e lesa desse modo o erário público.

Propus que fosse retirado para ter uma parecer jurídico e/ou do ERSAR, mas que foi rejeitado pelos outros membros do executivo.

Este processo é demasiado gravoso e, atendendo ao meu sentido de responsabilidade, registo, em ata, a necessidade de o enviar para a ERSAR e o Ministério Público.”

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Tomámos uma decisão com base na autonomia do poder local, consignado na lei que confere aos municípios a competência para estabelecer as tarifas.

Ao longo de todo este processo foi aqui reafirmado o empenhamento da autarquia na resolução desta matéria.

“Devia estar resolvido há muito tempo”, pois devia, mas como em tudo tem de ser feita uma análise mais profunda sobre as situações e as formas de as resolver.

Neste caso, a promoção do turismo está em causa.

Está em causa o desenvolvimento também deste empreendimento turístico único no nosso concelho.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

As decisões políticas têm de ser consubstanciadas no superior interesse do nosso município e por essa razão votámos favoravelmente esta proposta, que tem como princípio um incentivo ao investimento.

Alterações ao regulamento para resolver estas questões, como aqui foi proposto, fará com que haja aumento da água a todos os munícipes.

Não é isto que nós queremos.”

O Sr. Presidente subscreveu a declaração de voto da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Depois de analisado e votado o ponto 39, foi retomada a ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3 - REQ. N. 1923/16, DATADO DE 14/11/2016 – PC N.º 384/16, DATADO DE 15/09/2016 – ANA ACÁCIA LEAL SILVA E TIAGO FETEIRA ROLO

795 - Presente requerimento n.º 1923/16, registado 2016/11/14, referente aos projetos das especialidades do processo camarário n.º 384/16, registado em 2016/09/15, respeitante a pedido de **licenciamento de obra de construção de moradia, anexos e muro**, no prédio sito na Rua Dr. Franklin Vieira Dias, no lugar dos Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5559 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7946, apresentado por **ANA ACÁCIA LEAL SILVA**, com o NIF 216361044, residente em Rua José Moreira, n.º 33, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e por **TIAGO FETEIRA ROLO**, com o NIF 241523133, residente em Rua da Indústria, n.º 1, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2016/11/03.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2016/12/06, que informa que os projetos das especialidades encontram-se em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento.

Após análise da pretensão, bem como do parecer técnico datado de 2016/12/06, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de construção de moradia, anexos e muro, no prédio sito na Rua Dr. Franklin Vieira Dias, no lugar dos Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5559 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7946, apresentado por ANA ACÁCIA LEAL SILVA, com o NIF216361044, residente em Rua José Moreira, n.º 33, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e por TIAGO FETEIRA ROLO, com o NIF 241523133, residente em Rua da Indústria, n.º 1, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a que corresponde o processo n.º 384/16, registado em 2016/09/15, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2016/11/03.

Mais delibera:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 4- Os muros de vedação a construir junto da via pública, deverão observar o disposto no artigo 18.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
- 5- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- 6- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização Municipal à obra, para verificação da sua implantação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1889/16, DATADO DE 08/11/2016 – PC N.º 215/15, DATADO DE 24/06/2015 – PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA

796 - Presente requerimento n.º 1889/16, datado de 2016/11/08, constante do processo camarário n.º 215/15, subscrito por **PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA**, com o NIPC 500846090, com sede em Avenida Vítor Gallo, n.º 83C, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da obra de “Construção de conjunto habitacional”**, composto por onze fogos, a levar a efeito num prédio rústico sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.725 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 2.627, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de câmara datada de 2015/09/18.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/11/21, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Construção de conjunto habitacional”**, composto por onze fogos, a levar a efeito num prédio rústico sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.725 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 2.627, com o número de processo 215/15, com data de entrada em 2015/06/24, apresentado por **PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA**, com o NIPC 500846090, com sede em Avenida Vítor Gallo, n.º 83C, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Os exemplares a plantar propostos para as caldeiras de árvore que pontuam o estacionamento, deverão ter tamanho homogêneo – PAP 10/12, com uma altura entre 2,20m e 2,50m;
2. Deverá garantir a aplicação de tutores duplos, em madeira tratada por autoclave, fixados no fundo da cova de plantação e com altura adequada à função a que se destinam;
3. Deverá garantir a qualidade da terra vegetal a colocar nas covas de plantação;
4. Deverá garantir nas caldeiras a aplicação de tela anti-ervas, densidade 120gr/m² e o revestimento da área com material inerte (por exemplo casca de pinheiro tratada, ou seixo rolado, ou material desagregado com resina aglomerante ou outra solução adequada) com espessura adequada com vista a evitar o aparecimento de infestantes e a perda de humidade por evaporação.
5. Deverá solicitar aos Serviços de Águas e Saneamento a ligação da rede predial de água à rede pública de abastecimento de água existente na rua do Corgo Sul e a ligação da drenagem predial das águas residuais domésticas e pluviais, às redes de drenagem de águas residuais existentes na Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1802/16, DATADO DE 24/10/2016— PC N.º 258/13, DATADO DE 08/08/2016 – HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

797 - Presente requerimento n.º 1802/16, datado de 2016/10/24, constante do processo camarário n.º 258/13, subscrito por HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A., NIPC N.º 500944814, com sede na Rua de Leiria, n.º 112-114, lugar de Embra, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento para a realização da obra designada de “*Remodelação e Reclassificação do HOTEL VIEIRA PRAIA & SPA*”, composto atualmente por: Estabelecimento Hoteleiro “HOTEL CRISTAL VIEIRA PRAIA & SPA”; Conjunto Turístico - Resort “HOTEL CRISTAL PRAIA RESORT & SPA” e Recinto de Diversões Aquáticas “PARQUE AQUÁTICO MARIPARQUE”, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2013/08/27.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/11/18, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE o pedido de licenciamento para a realização da obra designada de “*Remodelação e Reclassificação do HOTEL VIEIRA PRAIA & SPA*”, composto atualmente por: Estabelecimento Hoteleiro “HOTEL CRISTAL VIEIRA PRAIA & SPA”; Conjunto Turístico - Resort “HOTEL CRISTAL PRAIA RESORT & SPA” e Recinto de Diversões Aquáticas “PARQUE AQUÁTICO MARIPARQUE”, com o número de processo 258/13, com data de entrada em 2013/08/08, apresentado por HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A., NIPC N.º 500944814, com sede na Rua de Leiria, n.º 112-114, lugar de Embra, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação de caução para a garantia da boa e regular execução das obras de urbanização nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, no valor total de € 13.373,97 (treze mil trezentos e setenta e três euros e noventa e sete cêntimos), dos quais € 6.959,49 (seis mil novecentos e cinquenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos) respeitam à rede de infraestrutura de saneamento doméstico e € 6.414,48 (seis mil quatrocentos e catorze euros e quarenta e oito cêntimos) à rede de infraestrutura de drenagem de águas pluviais.
2. O início das obras de urbanização deverá ser comunicado aos respetivos serviços.

3. Deverão ser apresentadas Telas Finais das obras de urbanização aquando da conclusão das mesmas.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão dos respetivos alvarás (de construção e de obras de urbanização), apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, em cada um dos pedidos.**
- 2. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, as obras de construção civil nas praias de S. Pedro de Moel, Praia da Vieira e Água de Madeiros, são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1845/16, DATADO DE 28/10/2016 – PC N.º 195/15, DATADO DE 09/06/2015 – MARIA ZILIA PEREIRA

798 - Presente Processo de Camarário n.º 1310/76, em nome de Guilhermina Vitória, referente ao licenciamento da “*Operação de Loteamento Urbano*”, levada a efeito num prédio sito na Rua dos Carreirinhos, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 30/76, datado de 2 de fevereiro de 1976.

Presente Processo de Camarário n.º 57/13, em nome de Maria Augusta Alves Lourenço e Outros, referente ao licenciamento da “*Alteração de Loteamento Urbano*”, incidente sobre o lote n.º 3 e lote n.º 5, tendo sido emitido aditamento ao alvará inicial em 2014/02/20.

Presente requerimento n.º 1845/16, datado de 2016/10/28, constante do processo camarário n.º 195/15, subscrito por **MARIA ZILIA PEREIRA**, com o NIF 107409470, com residência na Rua dos Carreirinhos, n.º 22, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de **licenciamento para a “*Alteração do Loteamento Urbano*”**, a incidir sobre os lotes designados por “*Lote n.º 1*” e “*Lote n.º 2*”, do loteamento urbano sito na Rua dos Carreirinhos, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 30/76, datado de 2 de fevereiro de 1976, com posterior aditamento emitido em 2014/02/20, visando a regularização da junção do Lote n.º 1 com o Lote n.º 2, bem como a alteração dos parâmetros urbanísticos associados aos referidos lotes, por forma a que a requerente possa posteriormente, proceder à regularização da construção de um anexo levado a efeito no logradouro dos dois lotes.

Presentes notificações para pronúncia sobre a alteração requerida, a todos os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento, designadamente dos lotes números 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 112.º do Código do Procedimento Administrativo, não tendo os mesmos apresentado quaisquer reclamações, observações ou sugestões à referida alteração.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

Presente parecer técnico datado de 2016/12/06, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:

DEFERIR, nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, a alteração à licença da Operação de Loteamento Urbano titulada pelo Alvará n.º 30/76, datado de 2 de fevereiro de 1976, com posterior aditamento emitido em 2014/02/20, referente ao prédio sito na Rua dos Carreirinhos, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, requerida por MARIA ZILIA PEREIRA, com o NIF 107409470, com residência na Rua dos Carreirinhos, n.º 22, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, incidindo nos lotes designados por “Lote n.º 1” e “Lote n.º 2”, visando a regularização da junção do Lote n.º 1 com o Lote n.º 2, bem como a alteração dos parâmetros urbanísticos associados aos referidos lotes, por forma a que a requerente possa posteriormente proceder à regularização da construção de um anexo levado a efeito no logradouro dos dois lotes.

Delibera, ainda, informar a requerente que deverá solicitar a emissão do aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 30/76, nos termos do n.º 7 do artigo 27.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1783/16, DATADO DE 20/10/2016 – PC N.º 509/2016, DATADO DE 20/10/2016 – ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMANHO GARCIA CAPELA

799 - Presente participação dos Serviços de Fiscalização n.º 43/2016, datada de 2016/09/22, a informar que **ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMANHO GARCIA CAPELA**, com o NIF 136211470, residente na Travessa da Quinta S. Romão, n.º 126, S. Romão, em Leiria, na qualidade de proprietária do prédio sito na Avenida do Farol, n.º 13, Lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, executou, naquele prédio, *em área contígua ao alçado lateral esquerdo da moradia e ao vão de porta existente de acesso à cozinha da mesma, a obras de alteração/ampliação, com a execução de uma edificação com a área aproximada de 9,50 metros quadrados, tendo as paredes erigidas e a laje de cobertura colocada, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio.*

Presente parecer técnico datado de 2016/11/21.

Depois de analisar o parecer técnico datado de 2016/11/21, que refere que os Serviços de Fiscalização participaram em 2016/09/22, a realização de obras de alteração e ampliação da edificação situada na Avenida do Farol, n.º 13, Lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, a

Câmara Municipal delibera ao abrigo do n.º 1 do artigo 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, NOTIFICAR, ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMANHO GARCIA CAPELA, com o NIF 136211470, residente na Travessa da Quinta S. Romão, n.º 126, S. Romão, em Leiria, para no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder à legalização da operação urbanística.

Para o efeito deverá apresentar pedido de licenciamento em conformidade com normas legais e regulamentares e instruído de acordo com a Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril. No pedido deverá ser indicado o número do processo camarário respeitante ao licenciamento da construção principal, bem como das outras construções existentes no prédio.

Delibera ainda informar que o prédio em questão, sito na Avenida do Farol, n.º 13, Lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, encontra-se abrangido por plano municipal de ordenamento do território vigente (Plano Diretor Municipal da Marinha Grande - ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/95, de 9 de março, publicada no Diário da República, n.º 94 – 1.ª Série-B, de 21 de abril de 1995, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/98, de 10 de dezembro, publicada no Diário da República, n.º 300 – 1.ª Série-B, de 30 de dezembro de 1998), inserindo-se no Aglomerado Urbano de S. Pedro de Moel, em espaços urbanos, e que, nos termos do n.º 6 do artigo 5.º do Regulamento do PDM da Marinha Grande, a edificação deve assegurar os seguintes indicadores urbanísticos:

*Percentagem de ocupação - 25 % da área total para a moradia e 5% para anexos;
Número máximo de pisos - dois (podendo o piso térreo ser ocupado por comércio);
As caves não poderão ter o pé-direito superior a 2,20 m;
Afastamentos mínimos - frontal: 5 m;
- lateral: 3m;
- tardoz: 6m*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 2065/16, DATADO DE 09/12/2016— PC N.º 502/16, DATADO DE 09/12/2016
— TROFEUS DE VIDA - COMPRA E VENDA DE IMOVEIS LDA.**

800 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito atualmente sito na Rua 18 de Janeiro de 1934, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.691 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19.896, inserido na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, apresentado por TROFEUS DE VIDA - COMPRA E VENDA DE IMOVEIS LDA., com o NIPC 508780411, com sede na Avenida Vitor Gallo, n.º 125, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 12/12/2016, sobre o assunto.

Considerando que:

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).
- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações de reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto nos n.ºs 20.º e 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.
- De acordo com o disposto nos números 7 e 8 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação beneficiam das seguintes isenções:
 - a) Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos.
 - b) Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) nas aquisições de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado;
- De acordo com o estipulado no n.º 24 do mencionado artigo 71.º *“A comprovação do início e da conclusão das ações de reabilitação é da competência da câmara municipal”*, que deve *“certificar o estado dos imóveis, antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação”*.
- Segundo o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012.
- A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

A Câmara Municipal delibera:

Determinar, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito atualmente sito na Rua 18 de Janeiro de 1934, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.691 e inscrito na matriz

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19.896, propriedade de TROFEUS DE VIDA - COMPRA E VENDA DE IMOVEIS LDA., com o NIPC 508780411, com sede na Avenida Vítor Gallo, n.º 125, freguesia e concelho da Marinha Grande, para efeitos de classificação do estado do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 29/12/2016, pelas 10:00, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Arquiteta Margarida Abraúl

Arquiteto Alexandre Fava

Engenheiro Rui Vicente

Membros suplentes:

Arquiteto Miguel Figueiredo

Arquiteto Ricardo Santos

Engenheira Cristina Silva

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 2010/16, DATADO DE 28/11/2016 – PC N.º 492/16, DATADO DE 28/11/2016 – LUIS FILIPE SOBREIRA CALIXTO

801 - Presente requerimento n.º 2010/16, datado de 28/11/2016, apresentando por LUIS FILIPE SOBREIRA CALIXTO, com o NIF 225381010, residente em Rua do Barrinho, n.º 34, Riba D'Aves, freguesia de Ortigosa e concelho de Leiria, a solicitar a *“redução de taxas, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do art.º 119.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande”*, no âmbito do procedimento de licenciamento a que foi atribuído o número de processo camarário 492/16, incidente sobre um prédio sito na área do Centro Tradicional da Marinha Grande, respeitante a licenciamento de obras de alteração e remodelação, a levar a efeito no edifício sito na **Rua Álvaro Coelho, n.º 15**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer datado de 02/12/2016, no qual se refere que o pedido não se encontra apto para aprovação.

Considerando que:

1 - De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 119.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, pode haver lugar à isenção ou redução até 50%, das taxas pela realização de obras de reconstrução com e sem preservação das fachadas e as obras de alteração a realizar na Área do Centro Tradicional da Marinha Grande;

2 - De acordo como a alínea c) do art.º 2.º do RJUE são «*Obras de reconstrução*», *as obras de construção subsequentes à demolição, total ou parcial, de uma edificação existente, das quais resulte a reconstituição da estrutura das fachadas*;

3 - De acordo como a alínea c) do art.º 2.º do RJUE são «*Obras de alteração*», *as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente, ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área total de construção, da área de implantação ou da altura da fachada*;

4 - O procedimento em causa refere-se à remodelação de um edifício destinado a habitação, sendo que o requerente pretende ampliar o piso ao nível do sótão, por forma a transformar o mesmo numa área habitável, dado que originalmente o mesmo não possui as medidas regulamentares, passando de um edifício de rés-do-chão e primeiro andar para habitação para um edifício de rés-do-chão, primeiro e segundo andares, para habitação;

5 - De acordo com a definição constante no Decreto Regulamentar nº 9/2009 de 29 de Maio, a “*área de construção do edifício é o somatório das áreas de todos os pisos, acima e abaixo da cota de soleira, com exclusão das áreas em sótão e em cave sem pé-direito regulamentar*”;

6 - Dado que se pretende alterar a área em sótão, para uma área habitável, com pé direito regulamentar, transformando-o num terceiro piso, a operação urbanística em causa configura um aumento da área de construção;

7 - Tal modificação traduz-se numa obra de ampliação, de acordo como a alínea e) do art.º 2.º do RJUE, que define “Obras de ampliação”, como “*as obras de que resulte o aumento da área de implantação, da área total de construção, da altura da fachada ou do volume de uma edificação existente*”

8 - A norma prevista na alínea c) do n.º 3 do art.º 119.º do RMEUMMG, apenas contempla obras de reconstrução, com e sem preservação das fachadas, e obras de alteração, não abrangendo outro tipo de procedimentos, designadamente, obras de ampliação;

A Câmara delibera:

NOTIFICAR o requerente, LUIS FILIPE SOBREIRA CALIXTO, com o NIF 225381010, residente em Rua do Barrinho, n.º 34, Riba D’Aves, freguesia de Ortigosa e concelho de Leiria, nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, para no prazo de 15 dias úteis, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a intenção de indeferir o seu pedido de redução de taxas apresentado no âmbito do procedimento de licenciamento a que foi atribuído o número de processo camarário 492/16, incidente sobre um prédio sito na área do Centro Tradicional da Marinha Grande, respeitante a licenciamento de obras de alteração e remodelação, a levar a efeito no edifício sito na Rua Álvaro Coelho, n.º 15, freguesia e concelho de Marinha Grande, em virtude do mesmo não ter cabimento legal, dado que a operação urbanística em apreço não se enquadra em nenhuma das situações previstas na alínea c) do n.º 3 do art.º 119.º do RMEUMMG, por se tratar de uma obra de ampliação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1967/16, DATADO DE 22/11/2016 – PC N.º 361/12, DATADO DE 30/11/2012
– SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1ª DEZEMBRO

802 - Presente pedido com registo de entrada n.º 1967/16, datado de 22-11-2016, apresentado pela **Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª Dezembro**, com sede na rua Principal, Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a isenção do pagamento das taxas devidas pelo procedimento de legalização das alterações e da ampliação efetuadas no edifício da sua sede, que tramitou sob número 361/2012.

Considerando que:

- A **Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª Dezembro** solicitou, através do requerimento com registo de entrada n.º 1967/16, datado de 22-11-2016, a isenção do pagamento das taxas devidas pelo procedimento de legalização das alterações e da ampliação efetuadas no edifício da sua sede;
- O processo de licenciamento da referida operação urbanística tramitou sob o número 361/2012;
- Sobre o mencionado pedido recaiu uma deliberação final de licenciamento, datada de 01/10/2015;
- A requerente é uma entidade legalmente existente e tem por objetivo a promoção cultural dos sócios, através da educação cultural, física, desportiva e ação recreativa – artigo 2.º dos seus estatutos;
- As associações enquanto elementos dinamizadores do desenvolvimento local e comunitário necessitam de adequadas condições físicas para levar a cabo os seus objetivos;
- As obras que a interessada pretende legalizar destinaram-se a melhorar as condições físicas do edifício, nomeadamente através da criação de casas de banho para homens, mulheres e indivíduos com mobilidade reduzida, salão, sala de reuniões e biblioteca;
- A alínea a) n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande estabelece que a Câmara Municipal pode deliberar isentar ou reduzir em 50% as taxas, quando estão em causa associações culturais, desportivas e recreativas, desde que legalmente constituídas, relativamente às pretensões que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários;

A Câmara Municipal, face à importância de que se revestem as obras realizadas na sua sede, para a prossecução dos seus fins em condições dignas, delibera ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, isentar a **Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª Dezembro**, com sede na Rua Principal, n.º 39, Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, NIPC 501623906, do pagamento das taxas devidas pelo procedimento de legalização da operação urbanística que tramitou sob o número 361/2012, no valor de 619,10 euros (seiscentos e dezanove euros e dez cêntimos), por se encontrarem preenchidos os requisitos previstos na norma em apreço, nomeadamente:

- A associação prosseguir fins culturais, desportivos e recreativos;
- Estar legalmente constituída;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

- A operação urbanística, a legalizar, visar a prossecução dos fins estatutários da interessada, como ficou demonstrado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - COLOCAÇÃO DE SINAL DE TRANSITO NA TRAVESSA DAS ESCOLAS EM VIEIRA DE LEIRIA

803 - Presente exposição, com o registo de entrada n.º 6782/2016, datada de 09-08-2016. Presente informação jurídica n.º 1/812/2016, de 15-06-2016, que esclarece que a sinalização das vias municipais compete às câmaras municipais. Presentes informações técnicas RV/33/2016, de 05/09/2016 e RV/45/2016 de 02/12/2016, a proporem uma solução para o caso.

Considerando que:

- A Travessa da Escola apresenta uma largura reduzida sem passeios, para a circulação de veículos e apresenta-se como uma rua sem saída, de acesso apenas aos moradores, circulação pedonal e transporte de alunos;
- No presente não existem alternativas de acesso à escola primária pelo que se considera viável a colocação de sinalização de trânsito proibido exceto a moradores e transportes escolares, de acordo com a sugestão expressa no ofício com o número de entrada E/6782/2016.
- Os serviços técnicos camarários analisaram a questão e consideraram, a colocação de um sinal de trânsito do tipo painel G5a – Zona de trânsito proibido com a inscrição – exceto a moradores e transportes escolares na entrada da Travessa da Escola em Vieira de Leiria.

A Câmara Municipal, depois de analisar a referida exposição, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários delibera, ao abrigo da alínea qq) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013 de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, mandar colocar um sinal de trânsito do tipo painel G5a – Zona de trânsito proibido com a inscrição – exceto a moradores e transportes escolares na entrada da Travessa da Escola em Vieira de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DA ZIMG – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

804 - O concelho da Marinha Grande é um concelho reconhecidamente industrial, com predominância de indústrias que se podem agregar em duas tipologias distintas, sendo que, somente, uma destas se assume, desde já, como um *cluster*, e que é a relativa aos moldes, ferramentas especiais e plásticos, o que reforça o peso da Marinha Grande na competitividade sub-regional e nacional.

Ao longo dos anos muitas foram as mudanças. À indústria frágil dos primeiros anos, vencidas algumas dificuldades, como eram os reduzidos conhecimentos na área, escassa formação escolar e débil tecnologia, contrapõe-se hoje uma indústria em expansão, resultado da experiência adquirida e dos esforços realizados para a tornar cada vez mais competitiva, em clara ascensão, e que apresenta perspectivas otimistas da procura em termos internacionais que, aliada às sinergias criadas na região poderão colocá-la na vanguarda da competitividade, no setor em que se vem afirmando.

Este sector tem sido sujeito a enormes esforços de investimentos apresentando transformações significativas, nomeadamente no que se refere ao nível da qualidade e da certificação, assim como à entrada no domínio dos plásticos técnicos.

O dinamismo da indústria de plásticos (de injeção) na Marinha Grande é indissociável da existência de uma indústria de moldes fortemente competitiva no mercado internacional e, consequentemente, bastante exportadora.

Reconhece-se, deste modo, a especialização de um território, em particular na área dos moldes, com a presença de entidades de apoio à investigação e desenvolvimento e inovação de referência, tais como centros tecnológicos, incubadoras, associações empresariais e laboratórios, grande parte dos quais se localiza na Marinha Grande. Adicionalmente é, em grande medida, em setores com forte presença na Marinha Grande - vidro, veículos automóveis (incluindo peças e ferramentas) e o plástico e suas obras - que se reconhece maior capacidade de conquistar quotas de mercado a nível internacional.

Aquando da publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, as indústrias localizadas no território do concelho da Marinha Grande, em determinadas situações bloqueadas ou com desconformidades com o Instrumento de Gestão Territorial em vigor – neste caso o Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande - vislumbraram nesse diploma, a possibilidade de resolução de problemas e a possibilidade de dar resposta às suas necessidades de expansão, tendo dado entrada nesta Câmara Municipal diversos pedidos de regularização.

Todos eles mereceram, por parte da Assembleia Municipal, a emissão de declaração de interesse público municipal, por os estabelecimentos ou explorações em causa contribuírem para a criação de emprego, permitindo o desenvolvimento económico do concelho e aumentando, consequentemente, o bem-estar da população.

O diploma em apreço (de onde serão retiradas todas as normas sem identificação de origem) refere no seu preâmbulo que a criação de um contexto favorável ao investimento é uma prioridade, uma vez que dele depende o crescimento económico sustentável, incluindo a dinamização do investimento privado e do emprego e estabelece, com caráter extraordinário:

- 1- O regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- 2- O regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública.

Este regime aplica-se a atividades industriais, atividades pecuárias e operações de gestão de resíduos (com a Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estendeu-se à atividade agropecuária, agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura) e obriga os interessados a submeterem os seus pedidos de regularização à entidade coordenadora ou licenciadora, que, em certos casos é a Câmara Municipal, instruindo o respetivo processo, no que diz respeito à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, com uma deliberação fundamentada, de reconhecimento do interesse público municipal, emitida pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal.

Sempre que a localização do estabelecimento ou exploração ou a alteração e ampliação dos mesmos estejam em desconformidade com aqueles instrumentos, servidão ou restrição, cabe, em sede de conferência decisória, à respetiva entidade coordenadora ou licenciadora, em conjunto com as entidades previstas no n.º 3 do artigo 9.º, tomar ao abrigo do artigo 11.º, depois de o apreciar, uma deliberação final sobre o pedido de regularização.

A deliberação favorável ou favorável condicionada constitui, nos termos do n.º 6 do referido artigo 11.º, título legítimo para a exploração provisória do estabelecimento ou para o exercício da atividade.

Nos casos em que aquelas deliberações tenham por pressuposto a desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativo dos particulares, a Câmara Municipal deve promover, de acordo com o n.º 1 do artigo 12.º, a alteração, a revisão ou a elaboração dos instrumentos de gestão territorial em causa, de modo a contemplar a regularização do estabelecimento ou exploração.

Tendo já sido tomada, em alguns casos, a referida deliberação, cabe, agora, proceder à alteração do Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande, em moldes que permitam acolher as pretensões que obtiveram ou venham a obter, em sede de conferência decisória, deliberação favorável ou favorável condicionada.

O projeto de alteração do Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande foi, em cumprimento do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, aplicável, com as devidas

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

adaptações, por força do já citado n.º 2 do artigo 12.º, sujeito a discussão pública pelo prazo de 15 dias úteis, tendo para o efeito sido publicitado em edital nos lugares de costume, sítio da Internet do Município e no Diário da República, 2.ª série, n.º 213, de 7 de novembro – edital (extrato) n.º 952/2016.

No período em apreço, que decorreu entre os dias 14 de novembro de 2016 até 06 de dezembro de 2016, não foram apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões, pelo que a Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, apresentar à Assembleia Municipal, órgão competente, de acordo de acordo a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei n.º 75/2013, n.º 1 do artigo 119.º e artigo 90.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, aplicáveis por força do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, a seguinte proposta de alteração do Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande:

Artigo 1.º

Alteração ao regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande

O artigo 2.º do regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 2.º

1 – [anterior corpo do artigo]

2 – Os parâmetros referidos no número anterior, bem como os parâmetros do quadro de lotes constante da planta de síntese anexa ao presente regulamento, não se aplicam às edificações ou outras operações urbanísticas que integrem os estabelecimentos abrangidos pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, cujos processos de regularização tenham obtido, ao abrigo do regime consagrado neste diploma, deliberação favorável ou favorável condicionada.”

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente alteração entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

805 - O PDM da Marinha Grande entrou em vigor a 21 de Abril de 1995 com a publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 37/95, de 21 de abril, objeto de uma alteração, ratificada por Resolução de Conselho de Ministros n.º 153/98, de 10 de dezembro, publicada no Diário da República, n.º 300, de 30 de dezembro 1998, pelo que de acordo com a legislação em vigor a sua revisão tornou-se obrigatória.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, na sua reunião de 10 de janeiro de 2013, deliberou dar início ao processo de Revisão do Plano Diretor Municipal, com base nos pressupostos do relatório fundamentado de avaliação de execução do Plano Diretor Municipal em vigor e da proposta de metodologia, presentes e aprovados na mesma reunião.

Foi também deliberado fixar o prazo de 4 anos para elaboração da respetiva revisão, a contar daquela deliberação, bem como um prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação do respetivo aviso no Diário da República, para o período de participação pública preventiva para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que pudessem ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração.

Foi publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 25 — 5 de fevereiro de 2013, o Edital (extrato) n.º 137/2013, relativo ao início do processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Foi igualmente dado conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDRC) da deliberação de início da Revisão do PDM.

Apesar do Plano Diretor Municipal se encontrar em revisão, com a publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, as indústrias localizadas no território do concelho da Marinha Grande, em determinadas situações bloqueadas ou com desconformidades com o Instrumento de Gestão Territorial em vigor — neste caso o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande - vislumbraram nesse diploma, a possibilidade de resolução de problemas e a possibilidade de dar resposta às suas necessidades de expansão, tendo dado entrada nesta Câmara diversos pedidos de regularização.

Todos eles mereceram, por parte da Assembleia Municipal, a emissão de declaração de interesse público municipal, por os estabelecimentos ou explorações em causa contribuírem para a criação de emprego, permitindo o desenvolvimento económico do concelho e aumentando, consequentemente, o bem-estar da população.

O diploma em apreço (de onde serão retiradas todas as normas sem identificação de origem) refere no seu preâmbulo que a criação de um contexto favorável ao investimento é uma prioridade, uma vez que dele depende o crescimento económico sustentável, incluindo a dinamização do investimento privado e do emprego e estabelece, com caráter extraordinário:

- 1- O regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;

- 2- O regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública.

Este regime aplica-se a atividades industriais, atividades pecuárias e operações de gestão de resíduos (com a Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estendeu-se à atividade agropecuária, agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura) e obriga os interessados a submeterem os seus pedidos de regularização à entidade coordenadora ou licenciadora, que, em certos casos é a Câmara Municipal, instruindo o respetivo processo, no que diz respeito à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, com uma deliberação fundamentada, de reconhecimento do interesse público municipal, emitida pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal.

Sempre que a localização do estabelecimento ou exploração ou a alteração e ampliação dos mesmos estejam em desconformidade com aqueles instrumentos, servidão ou restrição, cabe, em sede de conferência decisória, à respetiva entidade coordenadora ou licenciadora, em conjunto com as entidades previstas no n.º 3 do artigo 9.º, tomar ao abrigo do artigo 11.º, depois de o apreciar, uma deliberação final sobre o pedido de regularização.

A deliberação favorável ou favorável condicionada constitui, nos termos do n.º 6 do referido artigo 11.º, título legítimo para a exploração provisória do estabelecimento ou para o exercício da atividade.

Nos casos em que aquelas deliberações tenham por pressuposto a desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativo dos particulares, a Câmara Municipal deve promover, de acordo com o n.º 1 do artigo 12.º, a alteração, a revisão ou a elaboração dos instrumentos de gestão territorial em causa, de modo a contemplar a regularização do estabelecimento ou exploração.

Tendo já sido tomada, em alguns casos, a referida deliberação, cabe, agora, proceder à alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, em moldes que permitam acolher as pretensões que obtiveram ou venham a obter, em sede de conferência decisória, deliberação favorável ou favorável condicionada.

O projeto de alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal foi, em cumprimento do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, aplicável com as devidas adaptações por força do já citado n.º 2 do artigo 12.º, sujeito a discussão pública pelo prazo de 15 dias úteis, tendo para o efeito sido publicitado através de edital nos lugares de costume, sítio da Internet do Município e no Diário da República, 2.ª série, n.º 213, de 7 de novembro de 2016 - edital (extrato n.º 951/2016) – retificado pela declaração de retificação n.º 1184/2016, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 232, de 5 de dezembro de 2016.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

No período em apreço, que decorreu entre os dias 14 de novembro de 2016 a 06 de dezembro de 2016, não foram apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões, pelo que a Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, apresentar à Assembleia Municipal, órgão competente, de acordo a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei n.º 75/2013, n.º 1 do artigo 119.º e artigo 90.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, aplicáveis por força do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, a seguinte proposta de alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande:

Artigo 1.º
Alteração ao regulamento do Plano Diretor Municipal

O artigo 2.º do regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 2.º
(...)”

- 1 – [...]
- 2 – [...]
- 3 – [...]
- 4 – São consideradas como compatíveis com as normas de uso do solo ou de edificabilidade previstas no presente regulamento, as atividades abrangidas pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, cujos processos de regularização tenham obtido, ao abrigo do regime consagrado nestes diplomas, deliberação favorável ou favorável condicionada.
- 5 – [Anterior n.º 4]”

Artigo 2.º
Entrada em vigor

A presente alteração entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - PROJETO DE ALTERAÇÃO DA FÓRMULA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO, RESPEITANTE AO CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO DEVIDA PELA NÃO CEDÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS- ARTIGO 127.º- PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre este assunto registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** lembrou que na altura desta aprovação fez um requerimento e que ainda não tem resposta, pelo que perguntou ao Sr. Presidente o que pretende que ele faça.

O **Sr. Presidente** respondeu que deverá aprovar ou reprovar a proposta. Não houve cálculos financeiros, porque foi copiado de outro município. Até certa altura da vigência deste regulamento não houve aplicação, não sabe porquê, e depois passou a aplicar-se e nessa altura os empresários vieram reclamar e reviu-se a situação.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que o Sr. Presidente só vem confirmar o que já suspeitava. E questionou: então a lei não era igual para todos? Em quanto é que a Câmara foi lesada? Considera que este parâmetro é uma autêntica utopia e nunca deveria ter sido aplicado. Terminou perguntando quando vai ter resposta ao seu requerimento.

O **Sr. Presidente** informou que ainda não tem todos os elementos, mas irá dar-lhe a resposta que tem.

Seguidamente chamou à reunião a **Chefe da DOT - Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Marrazes**, que explicou que devido ao volume de trabalho da divisão ainda não dispõem de toda a informação para poderem responder ao requerimento do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se tem uma data para responder.

A **Dr.ª Inês Marrazes** explicou que foi criada uma tabela que a Chefe de Unidade da DOT vai preenchendo à medida que vai vendo processo a processo, porque são dados desde 2010, mas prevê que talvez durante o mês de janeiro consiga responder.

Seguidamente o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

806 - 1. Seis anos após a publicação do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, e três anos volvidos sobre a sua última alteração, urge proceder à alteração do artigo 127.º daquele Regulamento, com a epígrafe “Cálculo do valor da compensação em numerário”, que a manter-se na sua redação atual, traz graves prejuízos para o concelho, tanto a nível económico, como social;

2.- A atividade desenvolvida no Concelho da Marinha Grande pelos mais variados agentes económicos, relativa a operações urbanísticas, é regulamentada, sem prejuízo das normas e legislação de âmbito nacional, pelas disposições constantes no Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (adiante designado como RMEU).

3.- A redação atual do RMEU foi aprovada em Assembleia Municipal da Marinha Grande, reunida em sessão ordinária de 30 de abril de 2013, sob proposta da Câmara Municipal datada de 22 de abril de 2013 após submissão a apreciação pública, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-

Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro, tendo sido alvo de publicação pelo Edital n.º 225/2013 no Diário da República – 2ª Série, n.º 104, de 30 de maio, dando cumprimento ao n.º 4 do mesmo artigo e diploma legal.

4.- De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 24º do RMEU, as operações urbanísticas referentes a “(...) armazéns e ou indústrias localizados fora de zonas industriais com planos de pormenor eficazes, com áreas totais de construção superiores a 1000m (...)” são consideradas, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 44º do RJUE, como operações de impacto relevante.

5.- Com a publicação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro de 2014, o RJUE sofreu a sua décima terceira alteração, estando atualmente em vigor esta última redação.

6.- Conforme estabelecido no n.º 5 do artigo 44º do RJUE, “(...) o proprietário e demais titulares de direitos reais sobre prédio a sujeitar a qualquer operação urbanística que nos termos de regulamento municipal seja considerada como de impacto relevante ficam também sujeitos às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento (...)”, nos termos a definir em regulamento municipal.

7.- Esta situação implica a obrigatoriedade de, em operações urbanísticas que resultem em edifícios destinados a armazém ou indústria, localizados fora de zonas industriais com planos de pormenor eficazes (que no concelho se cingem às zonas industriais da Marinha Grande e de Vieira de Leiria), com uma área de construção superior a 1.000 m², os seus promotores cederem ao Município parcelas destinadas a espaços verdes de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva e as infraestruturas que, de acordo com a lei e a licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio municipal.

8.- Não há lugar à cedência destas parcelas ou infraestruturas, nos termos do n.º 4 do artigo 44º do RJUE, caso “(...) o prédio a lotear já esteja servido pelas infraestruturas a que se refere a alínea h) do artigo 2.º (do RJUE) ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio (...)”, “(...)ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento municipal (...)”.

9.- A fórmula a aplicar atualmente para o cálculo da compensação pela não cedência, constante no artigo 127º do RMEU é $C = C_1 + C_2$, em que C_1 é o valor da compensação devida ao Município quando não se justifique a cedência, no todo ou em parte, de áreas destinadas a espaços verdes de utilização coletiva ou à instalação de equipamentos públicos no local e C_2 é o valor da compensação devida ao Município quando o prédio já se encontra servido pelas infraestruturas referidas na alínea h) do artigo 2.º do RJUE.

10.- O cálculo de C_1 segue a fórmula $C_1 = [(A_1 + A_2) \times K_5 \times V]/4$, em que A_1 e A_2 , em m², são os valores da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas, respetivamente, para espaços verdes e de utilização coletiva e para equipamento de utilização coletiva, calculados de acordo com os parâmetros eventualmente aplicáveis, definidos em PMOT ou, em caso de omissão, pela legislação em vigor (Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março), o valor de K_5 considerado resulta da localização da unidade industrial, de acordo com o disposto no quadro IV do art.º 127º do RMEU e V corresponde ao valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixado anualmente por portaria publicada para o efeito.

11.- A aferição do valor correspondente a C_2 decorre da aplicação da fórmula $C_2 = 0,15 L \times l \times K_6 \times V$, em que L é o comprimento das linhas de confrontação dos arruamentos com o prédio objeto da operação urbanística, l é o valor fixo de 3,25m, correspondente a metade do perfil transversal do arruamento tipo definido, tomando como referência um arruamento com uma faixa de rodagem com dois sentidos, K_6 é o coeficiente que associado ao valor do preço da construção fixado por portaria anualmente, traduz o valor do custo das redes existentes de abastecimento de águas, de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, arruamento, estacionamento e passeios e toma os valores constantes do Quadro V do artigo 127º do RMEU e V é, mais uma vez, o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

12.- Uma avaliação continuada às situações resultantes da aplicação prática do RMEU, ao longo da sua vigência, mais concretamente ao nível dos valores que decorrem de C_2 , permite aferir que a sua fórmula introduz um fator que distorce a relação entre a operação urbanística e respetivo custo e o valor da compensação a prestar ao Município pela não cedência das referidas infraestruturas, uma vez que se cinge unicamente à extensão da totalidade do comprimento das linhas de confrontação dos arruamentos com o prédio objeto da operação urbanística, definida pelo parâmetro “L”, independentemente da dimensão da intervenção ou da sua implicação nas infraestruturas existentes.

13.- Como resultado desta situação, criam-se situações de flagrante desigualdade, como se exemplifica:

13.1.- No prédio “X”, situado na restante área urbana do aglomerado urbano da Marinha Grande, mas fora de qualquer Plano de Pormenor em vigor, que apresenta uma frente urbana com 20 m, servido de todas as infraestruturas urbanas, existe um edifício destinado a indústria com uma área de construção de 1.000,00 m², cujo titular pretende ampliar em 100 m²;

13.2.- No prédio “Y”, situado à semelhança do “X” na restante área urbana do aglomerado urbano da Marinha Grande, mas fora de qualquer Plano de Pormenor em vigor, que apresenta uma frente urbana com 200 m, servido por todas as infraestruturas urbanas, existe um edifício industrial igualmente com 1.000,00 m², que o respetivo titular pretende, também, ampliar em 100,00 m².

13.3.- Tanto num caso como no outro encontramos-nos perante uma operação urbanística de dimensão relevante, uma vez que os dois prédios se enquadram no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 24º do RMEU, ao passarem a ter, com a operação, mais de 1.000,00 m² de área de construção;

13.4.- A taxa pela emissão do respetivo título habilitante (alvará de licenciamento), determinada nos termos do Quadro VI do Anexo I do RMEU, é idêntica para os dois e terá o valor de 425,00€;

13.5.- A taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, designada como TU, determinada de acordo com o artigo 122º do RMEU, por se tratar de uma operação urbanística de dimensão relevante, é igual nos dois casos, e apresentará o valor de 937,46 €;

13.6.- Num e noutro caso, a área de cedência a contemplar com a operação será, de acordo com o disposto na Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março, de 23,00 m² para espaços

verdes e 10,00 m2 para equipamento, num total de 33,00 m2, não havendo lugar a cedência de infraestruturas.

13.7.- Nas duas situações não se justifica a cedência de áreas destinadas a espaços verdes de utilização coletiva e de equipamento público no local ou de infraestruturas, pelo que é devida a compensação ao Município estabelecida no n.º 5 do artigo 44º do regime jurídico da urbanização e edificação, (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, cujo valor decorre dos termos do artigo 127º e seguintes do RMEU.

13.8.- A fórmula a aplicar atualmente para o cálculo da compensação pela não cedência, constante no artigo 127º do RMEU é $C = C_1 + C_2$, em que C_1 é o valor da compensação devida ao Município quando não se justifique a cedência, no todo ou em parte, de áreas destinadas a espaços verdes de utilização coletiva ou à instalação de equipamentos públicos no local e C_2 é o valor da compensação devida ao Município quando o prédio já se encontra servido pelas infraestruturas referidas na alínea h) do artigo 2.º do RJUE.

13.9.- Neste contexto, o valor de C_1 , nos termos estabelecidos no n.º 10 da presente informação, para os dois casos, é de $[(23+10) \times 0,1 \times 482,40]/4 = 397,98 \text{ €}$, o que significa que o valor a prestar por cada m2 de terreno não cedido será de 12,06 €.

13.10.- A aplicação da fórmula relativa a $C_2 = 0,15 L \times l \times K_6 \times V$, nos termos enunciados no n.º 11 desta informação, resulta nos seguintes valores:

a) Para o prédio “X”, $C_2 = 0,15 \times 20 \times 3,25 \times 0,38 \times 482,40 \text{ €} = 1.787,29 \text{ €}$;

b) Para o prédio “Y”, $C_2 = 0,15 \times 200 \times 3,25 \times 0,38 \times 482,40 \text{ €} = 17.872,92 \text{ €}$, o que resulta num valor para compensação pela não cedência de infraestruturas 10 vezes superior ao do prédio “X”, quando nos encontramos perante operações idênticas a realizar em prédios cujas infraestruturas públicas de apoio são iguais.

14.- A este respeito importa igualmente referir que o valor das taxas e compensações devidas para a construção prevista no número anterior varia entre 3.547,73€ para a ampliação de 100 m2 a realizar no terreno “X” e os 19.633,36 €, para a mesma operação no terreno “Y”, sem qualquer outra justificação para tão grande diferença que não seja o fator decorrente da dimensão das linhas de confrontação dos arruamentos com o prédio objeto da operação urbanística, designado como “L”.

15.- Verifica-se assim que este fator “L” introduz uma variação que é alheia ao objeto e à substância da operação urbanística em si, acrescentando uma ponderação que decorre unicamente da dimensão das linhas de confrontação dos arruamentos com o prédio objeto da operação urbanística, sem que se estabeleça uma relação direta entre essa dimensão e a das infraestruturas necessárias à prossecução da referida operação urbanística.

16.- Ao retirar este fator “L” da equação, verifica-se que o valor da compensação pela não cedência de infraestruturas – C_2 – será, para as duas operações urbanísticas tomadas como exemplo, definido pela nova fórmula $C_2 = l \times K_6 \times V$, em que l é o valor fixo de 3,25m, correspondente a metade do perfil transversal do arruamento tipo definido, tomando como referência um arruamento com uma faixa de rodagem com dois sentidos, K_6 é o coeficiente que associado ao valor do preço da construção fixado por portaria anualmente, traduz o valor do custo das redes existentes de abastecimento de águas, de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, arruamento, estacionamento e passeios e toma os valores constantes do Quadro V do artigo 127º do RMEU e V é, mais uma vez, o valor

médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

17.- Num e noutro caso, o valor final da compensação pela não cedência de infraestruturas será o seguinte: $C_2 = 3,25 \times 0,38 \times 482,40 = 595,76 \text{ €}$, o que somado ao valor de C_1 resultará num valor final de compensação pela não cedência de parcelas para espaços verdes, equipamento e de infraestruturas, em que “C” totaliza o valor de 993,74 €, sendo que este valor final passará a ter uma relação direta e estrita aos dois fatores principais que devem nortear o seu cálculo: a dimensão da área a ceder para espaços verdes e equipamento e o grau de infraestruturização existente no local.

18.- As questões relativas à realidade socioeconómica associada à atividade industrial, nomeadamente no que se reporta à captação de investimento e ao apoio à criação de novas unidades produtivas na Marinha Grande, como instrumento de combate ao desemprego e, sobretudo de atração de quadros técnicos intermédios e superiores, com reflexos diretos e indiretos na melhoria da qualidade de vida e de oportunidades para fixação e desenvolvimento da população no nosso Concelho, implica a criação de mecanismos e políticas de atração de investimento, o que choca frontalmente com as disposições decorrentes da fórmula atualmente constante no artigo 127.º do RMEU para a definição da compensação pela não cedência de infraestruturas.

19.- Com vista à correção desta situação, geradora de desigualdades, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do n.º 3 do artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, submeter a discussão pública, pelo prazo de 30 dias, a proposta de alteração ao artigo 127.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, suprimindo o fator “L”, constante da fórmula $C_2 = 0,15 L \times l \times K_6 \times V$, respeitante ao cálculo da compensação devida pela não cedência de infraestruturas, por o mesmo introduzir desigualdades nos montantes a pagar pelos titulares de operações urbanísticas situadas em prédios servidos pelo mesmo tipo de infraestruturas, mas que se veem penalizados por os mesmos confrontarem com extensões diferentes de arruamentos.

Com esta alteração “C2” passa a refletir o grau real de infraestruturização, independentemente da dimensão da confrontação.

20.- Durante o período de discussão pública foram apresentadas três sugestões, designadamente:

20.1.- Registo de entrada E/10147/2016, datada de 06/12/2016 – Propõe, no âmbito de um processo a tramitar atualmente na Câmara, relativo ao licenciamento da construção de uma edificação destinada à instalação de uma atividade económica, que o cálculo do valor da compensação devida pela não cedência de infraestruturas seja efetuado nos termos da nova redação da fórmula relativa ao fator C_2 ;

20.2.- Registo de entrada E/10148/2016 datada de 06/12/2016 – Propõe que se aplique a nova redação da fórmula referente ao fator C_2 aos processos de licenciamento atualmente em curso na Câmara Municipal, invocando razões que se prendem com os custos temporais, financeiros e administrativos, decorrentes do facto de se verificar que os titulares desses processos se verão obrigados a desistir dos mesmos enquanto aguardam a entrada em vigor da nova redação, para apresentarem, já sob a vigência desta, novo pedido.

20.3.- Registo de entrada E/1050/2016, datada de 07/12/2016 – Propõe que a nova redação da fórmula relativa ao fator C2, se aplique aos processos atualmente em tramitação administrativa, entendendo como abrangidos por esta situação os processos para os quais não tenha sido levantada a licença respetiva, alegando que a sua aplicação nestes termos constitui um claro incentivo aos respetivos promotores;

21.- Todas as sugestões convergem no sentido de abranger, no âmbito da alteração do citado artigo 127.º, os processos de licenciamento em curso à data da entrada em vigor da nova redação.

22.- A alteração proposta visa esbater diferenças de tratamento e uniformizar critérios de avaliação, para além de fomentar a atratividade do Concelho para a fixação de empreendimentos cujo impacto na economia e no desenvolvimento social é relevante;

23.- Esta medida permitirá agilizar e melhorar os custos de contexto que as empresas que pretendem investir no Concelho da Marinha Grande suportam, ao instalarem-se neste território, gerando mais-valias a médio e longo prazo na fixação de pessoas e equipamentos de várias ordens, com a subsequente melhoria das condições de vida para a população em geral;

24.- A presente proposta, porque mais favorável e mais justa, ao considerar o grau real de infraestruturação, coaduna-se de forma mais clara com a realidade, devendo aplicar-se aos procedimentos em curso.

25.- Deverão entender-se como procedimentos em curso todos aqueles sobre os quais ainda não foi proferida uma deliberação final de licenciamento;

Tudo ponderado, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, apresentar à Assembleia Municipal, órgão competente, de acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, para aprovar os regulamentos com eficácia externa do Município, a proposta de:

- Alteração da fórmula vertida no artigo 127.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, referente ao valor em numerário, da compensação devida ao Município, quando o prédio já se encontra servido pelas infraestruturas referidas na alínea h) do artigo 2.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, passando a mesma a ser a seguinte:

$$C_2 = l \times K_6 \times V$$

- A presente alteração aplica-se aos procedimentos em curso na Câmara Municipal, à data da entrada em vigor da presente alteração.

Reproduz-se, na íntegra, o artigo 127.º:

“Artigo 127º

Cálculo do valor da compensação em numerário

O valor, em numerário, da compensação a pagar ao Município é determinado de acordo com a seguinte fórmula:

$$C = C_1 + C_2$$

em que:

C — Valor total da compensação devida ao Município;

C₁ — Valor da compensação devida ao Município quando não se justifique a cedência, no todo ou em parte, de áreas destinadas a espaços verdes de utilização coletiva ou à instalação de equipamentos públicos no local;

C₂ — Valor da compensação devida ao Município quando o prédio já se encontra servido pelas infraestruturas referidas na alínea h) do artigo 2.º do RJUE.

Cálculo do valor de C₁:

$$C_1 = [(A_1 + A_2) \times K_5 \times V] / 4$$

em que:

A₁ (m²) — Valor da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas para espaços verdes e de utilização coletiva, calculado de acordo com os parâmetros eventualmente aplicáveis, definidos em PMOT ou, em caso de omissão, pela legislação em vigor;

A₂ (m²) — Valor da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas para instalação de equipamentos públicos, calculado de acordo com os parâmetros eventualmente aplicáveis, definidos em PMOT ou, em caso de omissão, pela legislação em vigor;

K₅ — Coeficiente definido em função da influência da localização em áreas geográficas diferenciadas que, associado ao valor do preço da construção fixado por portaria anualmente, traduz o valor do custo do metro quadrado de terreno nessas áreas, e toma os valores constantes do Quadro IV;

V (euros/ m²) — Valor em euros/m² para efeitos de cálculo correspondente ao custo do metro quadrado de área bruta de construção na área do Município, decorrente do preço da construção fixado por portaria anualmente, publicada para o efeito, para as diversas zonas do País

QUADRO IV

Zonas	Valores de K ₅
I — Aglomerado Urbano de São Pedro de Moel e Praia da Vieira	0,45
II — Área do Centro Tradicional, do Centro e Área Central da Marinha Grande	0,25
III — Área Central e Envolvente à Área Central de Vieira de Leiria, Envolvente à Área Central, Restante Área Urbana da Marinha Grande e Área de Reserva do Aglomerado Urbano da Marinha Grande	0,10
IV — Outras zonas do Concelho	0,05

Cálculo do valor de C2:

$$C2 = l \times K6 \times V$$

em que:

l (ml) — Valor fixo de 3,25 m, correspondente a metade do perfil transversal do arruamento tipo definido, tomando como referência um arruamento com uma faixa de rodagem com dois sentidos;

K6 — Coeficiente que associado ao valor do preço da construção fixado por portaria anualmente, traduz o valor do custo das redes existentes de abastecimento de águas, de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, arruamento, estacionamento e passeios e toma os valores constantes do Quadro V;

V (euros/ m2) — Valor em euros/m2 para efeitos de cálculo correspondente ao custo do metro quadrado de área bruta de construção na área do Município, decorrente do preço da construção fixado por portaria anualmente, publicada para o efeito, para as diversas zonas do País;

QUADRO V

Infraestruturas	Valores de K6
Rede de abastecimento de águas	0,14
Rede de drenagem de águas residuais	0,10
Rede de drenagem de águas pluviais	0,06
Estacionamento público/Passeios	0,05
Aruamento pavimentado betuminoso	0,03

“

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favorável a esta alteração ao RMEU, pois o estrondoso valor da taxa que o factor “L” introduzia era uma injustiça, chegando a multiplicar por 1.000 o seu valor, que levou a que muitas empresas da Marinha Grande não se expandissem, por recusar a pagar esta enormidade de taxas, e assim não aumentaram as suas infra-estruturas. Para além disso, provocou a saída de algumas empresas do nosso Município e inibiu outras de se instalarem cá.

O incremento da taxa por este factor “L”, não tinha em conta a dimensão ou o tipo de edifício, mas unicamente a dimensão das linhas de confrontação com as ruas. Este factor não diferenciava um edifício de 1.000 m2 ou de 2.000 m2, mas se tivesse a mesma dimensão e um tivesse mais arruamentos que outro, este factor era enormemente penalizador. Verificava-se ainda duplicação do pagamento desta compensação, ou seja, cada vez que uma empresa construía por exemplo mais um barracão de 1.000 m2, mesmo que não tivesse mais arruamentos, tinha de voltar a pagar a taxa incluindo o factor “L”. Não se compreende como foi introduzido este factor “L” e, ao se perceber que esta questão estava errada, prejudicando drasticamente as empresas e o desenvolvimento industrial, se deixou arrastar o problema demorando-se tanto tempo até se promover esta alteração.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

*O que dirão as empresas que pagaram estas taxas ficando prejudicadas?
Finalmente fez-se justiça e por isso voto favoravelmente."*

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto, também subscrita pelo Sr. Presidente:

"Voto favoravelmente por ser mais uma deliberação que vem no interesse do nosso Município onde consta um melhor incentivo ao investimento do tecido empresarial no nosso concelho."

15 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

807 - A SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a festa da passagem de ano na noite de 31 de dezembro de 2016 para 01 de janeiro de 2017.
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados
- Emissão de parecer para lançamento de artefactos Pirótecnicos

A Biblioteca e Instrução de Recreio, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a festa da passagem de ano na noite de 31 de dezembro de 2016 para 01 de janeiro de 2017.
- Licença de utilização de espaço público
- Emissão de parecer para lançamento de artefactos Pirótecnicos

Presente informações nºs 87/AF e 88/AF de 12 de dezembro de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel e a Biblioteca e Instrução de Recreio, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, da licença de instalação e

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

funcionamento de recintos improvisados, da licença de utilização de espaço público e da emissão de parecer para lançamento de artefactos Pirótecnicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - RECEPÇÃO PROVISÓRIA

808 - Presente Auto de Recepção Provisória da obra “Rede de águas residuais domésticas de Trutas – 2.ª fase e remodelação da rede de abastecimento de água - Concurso público n.º 18/2015”, adjudicada por despacho do Presidente da Câmara, de carorze de dezembro de dois mil e quinze, à empresa “António Emílio Gomes e Filhos, Ld.ª”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - PROCESSO DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL N.º 254/10 – REQUERENTES: TIMOTHY ALEXANDER TACCHI E BETINA KUNZL TACCHI – INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE INQUÉRITO – PARECER DA CCDR-C – NOMEAÇÃO DE INQUIRIDOR.

809 - Considerando que:

Na reunião da Câmara Municipal, de 22 de setembro corrente, foi agendada uma proposta de deliberação que tinha como objeto a declaração de nulidade das deliberações camarárias tomadas no âmbito do processo de licenciamento municipal n.º 254/10, relativo a uma operação urbanística em São Pedro de Moel, titulado por Timothy Alexander Tacchi e Betina Kunzl Tacchi;

Na sequência da discussão prévia da proposta, foi suscitada pelo Executivo Municipal, de forma unânime, a pertinência de ser instaurado um processo de inquérito, com o propósito de se apurar a verificação da eventual prática de qualquer comportamento ilícito praticado no âmbito da aprovação e licenciamento da operação urbanística em causa;

O processo de inquérito destina-se a apurar factos determinados, de acordo com o artigo 229.º, n.º 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

Tendo em conta o teor da proposta de deliberação identificada e a respetiva documentação de suporte, terão ocorrido factos suscetíveis de integrar Infração Disciplinar.

Na sua reunião de 06-10-2016, esta Câmara Municipal deliberou ordenar a instauração de processo de inquérito tendo por objeto a identificação de eventuais factos disciplinarmente puníveis, ocorridos no âmbito do processo de licenciamento municipal n.º 254/10 (n.º 2 do mesmo art.º 229.º);

No que respeita à nomeação da Inquiridora desse processo, Dr.ª. Fernanda Oliveira, técnica superior com formação jurídica, a Câmara Municipal deliberou que essa nomeação só se verificaria caso não fosse *«legalmente possível o recurso a inquiridor externo.»*.

Em consequência desta deliberação, a Câmara Municipal, por ofício S/3625/2016, de 17-10-2016, solicitou parecer à CCDD-C - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sobre a questão da legalidade de nomeação de inquiridor ou sindicante que não seja titular de uma relação jurídica de emprego público ou que sendo dela titular, seja trabalhador de outro órgão ou serviço.

Em 18-11-2016 foi recebido o parecer da CCDD-C, que aqui se dá para todos os legais efeitos, por integralmente reproduzido (registo de entrada E/9998/2016), no qual se conclui que *“...a Câmara Municipal não poderá nomear inquiridor ou sindicante quem não seja titular de uma relação jurídica de emprego público e só poderá nomear inquiridor ou sindicante titular de relação jurídica de emprego público que seja trabalhador de outro órgão ou serviço em casos devidamente justificados, mediante autorização do seu dirigente máximo.”*,

Esta Câmara Municipal apreciou o identificado parecer da CCDD-C e delibera designar inquiridora a Dr.ª Fernanda Oliveira, técnica superior com formação jurídica, de acordo com os artigos 208.º, n.º 1 e 195.º, n.º 3, ambos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NO PARQUE MÁRTIRES DO COLONIALISMO. AUTORIZAÇÃO

810 - Considerando que, em 13 de fevereiro de 2015, foi celebrado contrato de exploração de um estabelecimento de restauração e bebidas no Parque Mártires do Colonialismo, em que é cocontratante a sociedade Radical Spirit, Lda.;

Considerando que o gerente e sócio da sociedade Radical Spirit, Lda. veio requerer autorização para proceder à alienação das quotas da sociedade por si representada (E/9933/2016);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

Considerando que o objeto do contrato está devidamente delimitado e não pode ser alterado, encontrando-se devidamente salvaguardados os interesses do Município da Marinha Grande;

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a alinação das quotas da sociedade Radical Spirit, Lda., NIPC 513344950.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQUALIFICAÇÃO DE 20 FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL - BAIRRO DO CASAL DE MALTA - CONCURSO PÚBLICO N.º 03/2016 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS, TRABALHOS A MAIS E TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.

811 - Presente informação com referência IM/24/2016, de 12/12, da DOT e informação com referência 55SAB/2016, da DFTI, que se dão por integralmente reproduzidas.

Considerando que se constatou que parte dos trabalhos em causa não foram previamente cabimentados, o que determina a anulação administrativa da deliberação tomada em 21 de novembro, relativa ao assunto em epígrafe, nos termos dos artigos 165.º, n.º 2, 168.º, n.º 1 e 169.º, n.º 1, todos do Código do Procedimento Administrativo.

Presente informação com referência MA/11/2016, de 27 de outubro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos, de trabalhos a mais e de trabalhos de suprimento de erros e omissões, no âmbito da empreitada “Requalificação de 20 fogos de habitação social - Bairro do Casal de Malta”, no valor, respetivamente, de 1.145,00 (mil cento e quarenta e cinco euros), de 6.575,50€ (seis mil, quinhentos e setenta e cinco euros e cinquenta cêntimos) e de 5.649,80€ (cinco mil, seiscentos e quarenta e nove euros e oitenta cêntimos).

Assim, a Câmara Municipal delibera anular a sua deliberação de 21 de novembro de 2016, com o objeto identificado em epígrafe, nos termos dos artigos 165.º, n.º 2, 168.º, n.º 1 e 169.º, n.º 1, todos do Código do Procedimento Administrativo.

Em consequência,

A Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 370.º, 374.º, 376.º, 377.º e 379.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação de 20 fogos de habitação social - Bairro do Casal de Malta”, em que é cocontratante a empresa Fernando Major Construções Unipessoal, Ld.ª, delibera aprovar:

- a) trabalhos a menos no valor de 1.145,00 (mil cento e quarenta e cinco euros);
- b) trabalhos a mais, a preços acordados, no valor de 696,00€ (seiscentos e noventa e seis euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- c) trabalhos a mais, a preços de contrato, no valor de 5.879,50€ (cinco mil, oitocentos e setenta e nove euros e cinquenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- d) trabalhos de suprimento de erros e omissões, a preços acordados, no valor de 3.342,80€ (três mil, oitocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e oitenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- e) trabalhos de suprimento de erros e omissões, a preços de contrato, no valor de 2.307,00€ (dois mil, trezentos e sete euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- f) a fixação do prazo de execução dos trabalhos aprovados em dez dias e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo;
- g) a minuta do contrato a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - 24.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016

812 - Presente proposta da 24ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

23ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2016, no valor de 37.370,00 euros nos reforços e de 37.370,00 euros nas anulações;

18ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2016 no valor de 12.405,00 euros nos reforços e de 12.405,00 euros nas anulações;

23ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2016 no valor de 9.084,00 euros nos reforços e de 13.701,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 24ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

21 - "REABILITAÇÃO DOS CAMPOS DE TÊNIS – ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE" - CONCURSO PÚBLICO N.º 14/2016 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

813 - Em reunião da Câmara Municipal da Marinha Grande de 21 de novembro de 2016 foi deliberado requerer à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do procedimento de "Reabilitação dos campos de ténis-zona desportiva da Marinha Grande"- Concurso Público n.º 14/2016, para cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e atendendo ao disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2, ambos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

Aquando da tramitação subsequente do processo, vieram os serviços da Divisão Financeira a detetar que o enquadramento orçamental que consta da proposta de deliberação de 21 de novembro de 2016 está incorreto, por mero lapso de escrita, pelo que o mesmo carece de retificação. Assim, onde consta referência à ação do plano 2016/I/136 deve entender-se como 2014/I/136.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do preceituado no art.º 174 do Código do Procedimento Administrativo retificar a deliberação tomada na reunião de 21 de novembro de 2016, nos seguintes termos:

Onde se lê:

"(...) Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, foi prevista a inscrição de dotação no montante de 1.845,00 euros para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação 2016/I/136 do Plano Plurianual de Investimentos. (...)"

e

"(...) Considerando que na 15.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 1.ª Revisão, foi aprovado o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2016/I/136 com uma dotação inicial de 1.845,00 e uma dotação corrigida de 198.679,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015. (...)"

Deve ler-se:

"(...) Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, foi prevista a inscrição de dotação no montante de 1.845,00 euros para a assunção

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

desta despesa no ano de 2017 na ação 2014/I/136 do Plano Plurianual de Investimentos. (...)”

e

“(…) Considerando que na 15.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 1.ª Revisão, foi aprovado o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/I/136 com uma dotação inicial de 1.845,00 e uma dotação corrigida de 198.679,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015. (...)”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À ESCOLA 1ª CEB DO ENGENHO

814 - Presente informação da Área de Património n.º I/1761/2016 de 27/10/2016, na qual é proposta a aceitação por parte desta autarquia, de equipamentos adquiridos pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola 1ª CEB do Engenho e doados à referida escola.

A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo que estes equipamentos podem contribuir para a melhoria das condições do referido estabelecimento de ensino delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aceitar a seguinte doação:

Descrição do equipamento	Valor (€)
1 SISTEMA AUDIO L	149,99€
1 MICROFONE VIVANCO	14,99€
1 VIDEOPROJETOR gH.JFA77.13E	399,99€
1 MÁQUINA FOTOGRÁFICA NIKON S700	199,99€
1 BOLSA GOODIS JDC797B	7,99€
1 CARTÃO TOSHIBA SD 16GB	6,49€
SUB TOTAL	779,44€
1 MÓVEL MÉDIO PORTAS E20 AZUL	219,16€
2 MÓVEL MÉDIO PORTAS E17 AMARELO	438,32€
1 MÓVEL MÉDIO PORTAS E10 VERMELHO	219,16€
10 CADEIRA FLEX AMARELO	135,30€
10 CADEIRA FLEX AZUL	135,30€
10 CADEIRA FLEX VERDE	135,30€
10 CADEIRA FLEX VERMELHO	135,30€
3 MESA CIRCULAR	294,72€
1 CONJUNTO 4 GRANDES ALMOFADAS	162,28€
4 PARALELEPÍPEDO AZUL/AMARELO	383,76€
2 MÓVEL ALTO ABERTO	513,47€
2 ARMÁRIO ABERTO C/ 4 COMPARTIMENTOS	319,63€
SUB TOTAL	3.091,70€
TOTAL	3.871,14€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO AO JARDIM DE INFÂNCIA DA FONTE SANTA E JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM

815 - Presente informação da Área de Património n.º 1/870/2016 de 03/06/2016, na qual é proposta a aceitação por parte desta autarquia de equipamentos adquiridos pela Associação de Pais do Jardim de Infância da Fonte Santa e Jardim de Infância da Ordem.

A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo que estes equipamentos podem contribuir para a melhoria das condições dos referidos estabelecimentos de ensino delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aceitar as seguintes doações:

Descrição do equipamento	Valor (€)	Afetação / Compartimento
VIDEOPROJECTOR	399,00€	JARDIM DE INFÂNCIA DA FONTE SANTA
COMPUTADOR	599,00€	JARDIM DE INFÂNCIA DA FONTE SANTA
COMPUTADOR ASUS	533,33€	JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM
COMPUTADOR ASUS	533,33€	JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM
COMPUTADOR ASUS	533,33€	JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM
2 COLUNAS MULTIMÉDIA	14,99€	JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM
1 IMPRESSORA HP DJ 2130	49,99€	JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM
1 IMPRESSORA HP DJ 2130	40,64€	JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM
1 IMPRESSORA MULTIFUNÇÕES HP OFFICEJET	56,90€	JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM
1 MÁQUINA FOTOGRÁFICA SONY	99,99€	JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM
TOTAL	2.860,50€	

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - P.A. N.º 84/2016-AP/DFTI – “CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2017”- ADJUDICAÇÃO

Na sequência da aprovação desta proposta, o **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu uma relação dos acidentes de trabalho ocorridos em 2016 e dos dias de trabalho perdidos e os vencimentos, porque acha o valor elevado.

Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

816 - Presente o processo de aquisição nº 84/2016 – AP/DFTI, realizado de acordo com deliberação camarária de 25 de novembro de 2016, acompanhado de relatório final do Júri, datado de 15/12/2016, no qual é proposta a adjudicação da “*Contratação de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2017*”, à proposta apresentada pelo concorrente MDS - Corretor de Seguros, S.A., pelo valor global de 160.233,02 Euros (cento e sessenta mil, duzentos e trinta e três euros e dois cêntimos), isento de I.V.A.

Face ao exposto e depois de analisado o Processo de Aquisição n.º 84/2016-AP/DFTI, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório de final, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redacção actual, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aprovar a proposta constante do referido relatório final e consequentemente adjudicar a *“Contratação de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2017”*, à proposta apresentada pelo concorrente MDS - Corretor de Seguros, S.A., NIPC (501 469 460) pelo valor global de 160.233,02 Euros (cento e sessenta mil, duzentos e trinta e três euros e dois cêntimos), isento de I.V.A.

Mais delibera proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98º., nº. 1, do Código dos Contratos Públicos e que seja notificado o adjudicatário para proceder à apresentação dos documentos de habilitação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Presidente interrompeu a reunião às 12:55 horas, para almoço. Foi retomada às 14:50 horas.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

25 - “TRANSPORTES ESCOLARES E DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS, SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO - ANO 2017”. ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO.

No início da discussão deste ponto e do seguinte, o Sr. Presidente comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente ausentou-se da sala, sendo substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

A **Sr.ª Vice-Presidente** explicou a proposta, tendo solicitado a presença da **Dr.ª Fátima Cardoso, Administradora da TUMG**, para prestar mais esclarecimentos e para responder às questões colocadas pelos Srs. Vereadores.

Seguidamente a Sr.ª Vice-Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

817 - Considerando que em reunião de Câmara Municipal de 06/12/2016, foi deliberado:

- Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato até ao limite de 263.809,80 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%;
- Tomar a decisão de contratar com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- Excluir a celebração do contrato dos *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município - Ano 2017”* de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que através do ofício, com o registo de saída n.º 4583, datado de 09/12/2016, foi remetido convite para apresentação de proposta, à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A.

Considerando que a empresa municipal apresentou através do ofício n.º 1135/ADM/2016 a proposta tumg/mmg/005/2016, datada de 12/12/2016 e que os serviços da DCD-Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, atento o valor da mesma, emitiram relatório de análise, estimando a globalidade dos serviços a prestar em 2017, em 248.696 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2017 para a contratação dos *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município - Ano 2017”*, na classificação orgânica/económica 0103/020210, ação do PAM 2014/A/178.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 15/12/2015, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação anexa ao processo.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, adjudicar a prestação do serviço de *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município - Ano 2017”*, à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A. pelo valor global de 248.696 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a minuta do contrato a celebrar entre as partes.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente porque desta vez, e em boa hora, foi alterado o critério de preço de mercado, fazendo-o corresponder à melhor proposta que a TUMG obteve em concurso público.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“A necessidade de contratar os transportes escolares para 2017, assunto de interesse municipal, é uma obrigação da câmara no âmbito das suas competências. Sabemos há muito que este procedimento deveria ter sido iniciado para garantir que a 1 de Janeiro estavam assegurados os transportes escolares. Como nos outros anos (e noutras matérias) a Câmara não prepara atempadamente os dossiers e estamos a pouco mais de quinze dias (com o Natal pelo meio) e ainda não foi adjudicado. Se forem verificados todos os procedimentos da contratação pública, naturalmente já não será possível ter transportes escolares no início do ano. Infelizmente esta tem sido a prática seguida. No entanto, a TUMG lançou o concurso público em 23 de Novembro, quando este executivo apenas a 5 de Dezembro deliberou sobre a abertura deste procedimento.

Da informação técnica entendemos todo o enquadramento, a justificação e os cálculos/valores dos transportes a contratar. A proposta da TUMG é de € 248.696,00, não fundamentada nos preços mais baixos. Desta forma está a camara a pagar os transportes escolares cerca de 6% (€ 12.567,00) mais elevado,

Para além disso, a proposta de deliberação é para a contratação do serviço à TUMG, sem qualquer concurso ou avaliação de preços de mercado. Não temos quaisquer orçamentos ou referências a preços de mercado e, pagamos à TUMG mais do que os valores mais baixos de mercado. Ou seja, o executivo permanente vai contratar à TUMG quando poderia contratualizar o mesmo serviço, aos mesmos prestadores de serviço, por valores mais baixos. Basta analisar as propostas que a TUMG apresenta, com apenas duas empresas a apresentarem valores de 2016, e as outras com propostas de anos anteriores (até 2013).

Qual a vantagem da contratação “in-house”? Que ganhos de eficiência e eficácia traz a entidade empresarial municipal para o processo quando o Município irá pagar pelo serviço,

um valor superior àquele que iria pagar se o processo seguisse os trâmites da contratação pública a uma entidade externa?

Entendo que deveríamos ter um valor de mercado e fazer um concurso público com as regras da contratação pública. Doutra forma considero existir uma má utilização de dinheiros públicos expressa na aquisição de um serviço a um valor superior àquele que teríamos se recorrêssemos ao mercado. Percebemos que este tipo de opções políticas pode ter o propósito de se constituir como uma forma indireta de custear a manutenção de uma entidade empresarial cujo objeto se centra na questão dos transportes e que merecerá toda uma reflexão sobre o sentido da sua existência. Se a sua sobrevivência reside fundamentalmente na contratação dos serviços que o Município lhe realiza, há que refletir. Se a CMMG executasse o cumprimento das suas tarefas neste domínio será que não o realizaria com custos menos onerosos para o erário público e não seria mais eficaz?

Por essa razão abstenho-me nesta votação.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Independentemente dos argumentos apresentados por outros Srs. Vereadores, com os quais não concordo, voto favoravelmente porque, em meu entender, estão reunidas todas as condições legais e defendidos os interesses do Município.”

A Sr.ª Vice-Presidente reiterou a declaração de voto proferida na reunião da Câmara Municipal do dia 06/12/2016, acrescentando o seguinte:

“É falso que exista qualquer subsidiação da empresa através do contrato a celebrar. Quem faz esta acusação tem a obrigação de provar a afirmação. Não é aceitável que alguns lancem insinuações e acusações sem que provem o que dizem.

A preparação dos dossiers, tem dependido dos atrasos da revisão ao orçamento o que nos tem impedido o normal funcionamento da Câmara, tanto em relação a este processo e a outros.

A nossa população merece o nosso esforço, em prestar-lhes o maior apoio, neste caso nos transportes, pois somos dos municípios que melhor prestação de serviço tem nesta matéria.”

26 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM UNIPessoal SA. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA 2017. MANDATO DISCRIMINADO. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE.

No início da discussão do ponto 25, o Sr. Presidente comunicou o seu impedimento nesse ponto e neste ponto 26, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Tendo sido declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente esteve ausente, sendo substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

Quando os Srs. Vereadores se preparavam para votar este ponto, aperceberam-se que não se tratava só de designar a representante da Câmara Municipal na assembleia geral da TUMG, mas também dos seus instrumentos de gestão previsional para 2017.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não analisou os documentos desta forma, uma vez que pensava que a votação seria só para o mandato.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que também não leu os documentos.

A **Sr.ª Vice-Presidente** informou que a Câmara vai emitir um mandato discriminado para o seu representante, que irá aprovar os instrumentos de gestão previsional para 2017, tal como consta dos estatutos da empresa, aprovados na Câmara e na Assembleia Municipal.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que nos anos anteriores sempre se discutiram os instrumentos de gestão.

A **Sr.ª Vice-Presidente** pediu a presença do **Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo**, que confirmou a informação já prestada pela Sr.ª Vice-Presidente e que o procedimento é o mesmo de anos anteriores.

Esclarecidas as questões, a **Sr.ª Vice-Presidente** perguntou aos Srs. Vereadores se estavam em condições de votar.

Os **Srs. Vereadores** quiseram discutir os documentos previsionais antes da votação.

Deste modo esteve novamente presente a **Dr.ª Fátima Cardoso, Administradora da TUMG**, que apresentou os documentos e respondeu às questões colocadas pelos Srs. Vereadores.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** envolveu-se numa troca de palavras com a Sr.ª Vice-Presidente, ao dizer que a TUMG é uma empresa que não cumpre as condições legais de existência e que o estacionamento oferecido à TUMG é uma forma de subsidiação encapotada.

A **Sr.ª Vice-Presidente** pediu aos Srs. Vereadores que se centrassem apenas na votação da proposta presente e que o Sr. Vereador Carlos Logrado se pronunciasse apenas sobre ela.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que não utiliza a TUMG, mas gosta de ver os autocarros cheios. No caso do estacionamento o direito ao solo nunca deixou de ser da Câmara, que apenas cedeu o direito de exploração, e por isso não vê aqui qualquer ilegalidade. Entende que a TUMG é de preservar e continuar, porque é importante que a cidade da Marinha Grande tenha este tipo de transporte.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que é óbvio que a TUMG pode sempre melhorar, e que aquilo que o Vereador Carlos Logrado afirmou é grave e por isso deve ser esclarecido com um parecer jurídico, para ficarem todos descansados.

Irá votar favoravelmente com a seguinte recomendação:

“Que de futuro houvesse uma discussão diferente sobre esta matéria e que a Vereadora recomende à Administração da TUMG algumas das questões aqui levantadas pela Vereação.”

O **Sr. Vereador António Santos** disse que subscrive as palavras do Sr. Vereador Vítor Pereira.

A Sr.ª Vice-Presidente disse que levará as recomendações da Câmara, e de seguida colocou a votação a seguinte proposta:

818 - Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Nos termos do artigo 9.º dos Estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Considerando que a assembleia geral da empresa vai ter como assunto da ordem do dia: deliberar sobre os instrumentos de gestão previsional para 2017, de acordo com o artigo 12.º, n.º 3, dos Estatutos da empresa.

Presente Instrumentos de gestão previsional para 2017, acompanhados do parecer emitido pelo fiscal único.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos Estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante: aprovar os instrumentos de gestão previsional para 2017.

Mais delibera, nos termos do artigo 26.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e do artigo 9.º, n.º 1, dos Estatutos da empresa, designar sua representante na assembleia geral da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA, a Vice-Presidente da Câmara Municipal Cidália Ferreira.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Carlos Logrado.

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Se esta deliberação fosse apenas a designação do representante na Vereadora Cidália, obviamente que votaria favoravelmente.

No entanto, muito mais do que isso, o que está em causa são os documentos previsionais, ou seja, plano de governação da empresa TUMG para 2017.

Mais uma vez verificamos que a Administração da empresa TUMG não tem nenhum plano de aumento de eficiência da mesma no que diz respeito às receitas e às despesas.

Assim sendo, a única forma de manter a sua existência artificial é manter a elevada subsídio da TUMG. Mais uma vez esse valor ronda o meio milhão de euros.

Se se considerar que a atribuição gratuita à TUMG do sistema de estacionamento municipal não constitui uma subsídio à mesma, o subsídio direto da Câmara está no limiar do legalmente permitido.

Considerando que o sistema de estacionamento constitui uma subsídio da Câmara à empresa TUMG, como é a minha opinião, o nível de subsídio ultrapassa em muito o limite legal, pelo que a manutenção da empresa TUMG está ferida de ilegalidade.

Realce-se de que a nossa opinião se refere, apenas e só, à empresa municipal TUMG. Não confundir a empresa com os serviços que presta à comunidade, com os quais não podemos estar mais de acordo."

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

"O ROC emite um parecer positivo sobre o contrato programa e as políticas contabilísticas adoptadas. Adverte no entanto, que "frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes".

Este alerta, não sei se é apenas o receio ou uma premonição, mas é claro que o ROC não profere uma análise sobre a gestão da TUMG, que é efectivamente o que aqui estamos a avaliar quando analisamos os documentos previsionais para 2017, 2018 e 2019.

A TUMG tem como objetivo "responder às necessidades de deslocação da população na Marinha Grande". Para além dos transportes escolares, dos transportes subsidiados e ocasionais, da gestão do estacionamento, tem na sua atividade os transportes urbanos de passageiros. Nesta valência a TUMG estabelece com a Câmara um contrato-programa para 2017, de 438.000,00€. Sabemos que os transportes urbanos têm uma componente social, que foi indicada ser € 1,20 / bilhete.

Estes documentos de gestão previsional não revelam qualquer estratégia de incremento da atividade, fazendo com que a população passe a deslocar-se de transporte público. O documento prevê, para 2017, uma redução de quase 10% nos fornecimentos e serviços externos e, para 2019, há previsão de aumento mínimo dos valores de vendas e serviços prestados.

A sua atividade está restrita aos subsídios que recebe da Câmara, que vão muito para além do que seria expectável face ao custo social que a camara devia pagar pelas deslocações dos munícipes que não têm outra possibilidade de se deslocarem.

Pela falta de estratégia e visão para a TUMG, entendo votar contra esta gestão previsional para 2017, entendendo que, face aos elementos de que se dispõe nada permite perceber que a administração tenha ganhos de eficácia e eficiência com a concretização desta actividade através desta entidade empresarial municipal.

Quanto à designação do representante ser a Vice-Presidente da Câmara Municipal Cidália Ferreira na assembleia geral da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA, nada tenho a opor."

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente a indicação da Dr.ª Cidália Ferreira para representante da Câmara Municipal na Assembleia Geral da TUMG.

Solicito à Sr.ª Vereadora que transmita na Assembleia Geral as dúvidas levantadas por todos os Srs. Vereadores, incluindo as questões colocadas nas respetivas declarações de voto, e que de qualquer forma possam contribuir para o melhoramento do funcionamento da empresa.”

A Sr.ª Vice-Presidente reiterou a declaração de voto proferida na reunião da Câmara Municipal do dia 06/12/2016 e aquilo que acrescentou no ponto anterior da presente reunião, acrescentando ainda o seguinte:

“Acrescento que das observações feitas em relação aos documentos reitero o que aqui li e que foi distribuído a todos os Vereadores e que está no Parecer do ROC.

Foi ainda aqui referido pela Técnica da TUMG que o Relatório não identifica os aspetos qualitativos que se têm implementado e a sua projeção no futuro, mas que fazem efetivamente parte de um serviço que a TUMG presta também em termos da promoção turística do concelho e que também deve ser considerado.”

27 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE. ALTERAÇÃO DO PREÇO DAS REFEIÇÕES.

819 - Em reunião camarária de 4 de agosto de 2016, a Câmara Municipal deliberou aprovar a celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, para fornecimento de refeições aos alunos da Escola Básica do 1.º Ciclo Guilherme Stephens e alunos do jardim-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico da Amieirinha.

Considerando que o protocolo foi assinado no dia 28 de agosto de 2016, e que a cláusula 3.ª do protocolo estabelece que “(...) O 2.º outorgante deve fornecer um total estimado de **26.730 refeições escolares**, para o ano letivo de 2016/2017, distribuídos da seguinte forma:

- a. 24.084 refeições a um custo unitário de 1,72€ ;
- b. 1.404 refeições a um custo unitário de 0,99€;
- c. 1.242 refeições a um custo unitário de 0,26 €.(...)

Considerando que o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, através do ofício 748 de 14/10/2016, com o registo de entrada n.º 8844/2016 de 19/10/2016, informa que por indicação da DGEstE, tendo o IVA das refeições sido alterado de 23% para 13%, as refeições passam a ter os seguintes valores:

- Valor normal: 1,582€
- Valor 50%: 0,852€
- Valor 100%: 0,122€

A Câmara Municipal analisou o teor da referida informação e delibera, de acordo com a competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovar a minuta de alteração ao protocolo de colaboração celebrado a 28 de agosto de 2016, passando a cláusula 3.ª do protocolo a ter a seguinte redação: *"(...) O 2.º outorgante deve fornecer um total estimado de 26.730 refeições escolares, para o ano letivo de 2016/2017, distribuídos da seguinte forma:*

- a. 24.084 refeições a um custo unitário de 1,582€ ;*
- b. 1.404 refeições a um custo unitário de 0,852€;*
- c. 1.242 refeições a um custo unitário de 0,122 €.(...)*

Mais delibera que a presente deliberação produza efeitos à data da entrada em vigor do protocolo, conforme o disposto na cláusula 4.ª do mesmo e a aprovação da minuta de alteração ao protocolo conforme documento em anexo (Anexo 1).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2º E 3º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2016/2017.

820 - Presente informação n.º 1894/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 04/11/2015 referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, referente aos 1ºs, 2ºs e 3ºs períodos do ano letivo de 2016/2017.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento no referido Agrupamento para o ano letivo 2016/2017;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da lei nº 75/2013, de 12 setembro, delibera aprovar o subsídio constante no mapa seguinte, destinado a compartilhar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e jardins de infância, do Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, referentes ao 1º, 2º e 3º período do ano letivo 2016/2017.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

VALORES DO SUBSÍDIO

	2016	2017	Ação do plano
Pré-Escolar	600,00 €	1.200,00 €	A/56
1ª Ciclo	1.800,00 €	3.600,00 €	A/61
AAAF salas	600,00 €	1.200,00 €	A/56
Mediatecas	90,00 €	180,00 €	A/61
Total	3.090,00 €	6.180,00 €	9.270,00 €

	2016	2017	Total
Jl	1.200,00 €	2.400,00 €	3.600,00 €
1ªCEB	1.890,00 €	3.780,00 €	5.670,00 €
Total	3.090,00 €	6.180,00 €	9.270,00 €

- Subsídio no valor de 9.270,00€ (nove mil duzentos e setenta euros) ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Pereira Coutinho, 2430-909 Vieira de Leiria, nº fiscal 600 076 270;

Estes apoios têm cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2015 A/56 e 2015 A/61, conforme descrito no mapa acima.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas, complementado com cópia dos respetivos comprovativos de despesa, até 30 de setembro de 2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA – ANO LETIVO 2016/2017 – 1.ª FASE

821 - Presente informação nº 1900/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 11/11/2016, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;

Considerando que o Despacho n.º 8452-A/2015, datado de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma;

Considerando que o referido despacho é atualmente a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área nomeadamente os Municípios, acabando desta forma com a dispersão de dispositivos legais que se vinham acumulando desde 2009;

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria o seguinte subsídio:

- **Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270**

Total de Pedidos: 99

Valor do subsídio escolar a atribuir 3.405€ (três mil quatrocentos e cinco euros)

Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria

TOTAIS ALUNOS	ALUNOS A	ALUNOS B	Excluídos	Total
PRÉ-ESCOLAR	19	15	0	34
1ª CEB	39	26	0	65
TOTAL GERAL	58	41	0	99

TOTAIS VERBAS	ESCALÃO A	ESCALÃO B	Excluídos	Total	Ação Plano
PRÉ-ESCOLAR	950€	375€	0€	1.325€	A/66
1ª CEB	1.560€	520€	0€	2.080€	A/69
TOTAL AGR. Vª LEIRIA	2.510€	895€	0€	3.405€	

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/66/2015 e A/69/2015 do Plano de Atividades Municipais para 2016.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 30 de setembro de 2017, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO GRUPO DESPORTIVO CASA ÁGUIA COMPETIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO 26º CONCURSO NACIONAL DE PESCA DESPORTIVA

822 - Presente informação da DCD I/1508/2016 datada de 04 de outubro de 2016 e a candidatura apresentada em 30 de setembro de 2015 pelo GRUPO DESPORTIVO CASA ÁGUIA COMPETIÇÃO, com o registo de entrada E/8174/2015, para apoio financeiro à realização do 26º Concurso Nacional de Pesca Desportiva, tal como se descreve nos documentos remetidos pela entidade beneficiária em anexo (I).

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), a comissão de avaliação nomeada através do despacho n.º 525/2015 de 12 de novembro, reuniu e classificou a candidatura com 31,8 pontos.

A candidatura foi admitida em reunião de Câmara de 1 de setembro de 2016 nos termos do n.º 6 do artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 14.º, pelo que ficou selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198.

Considerando ainda os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipal.

Considerando a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento.

Considerando as dificuldades em relação ao orçamento deste ano, e a impossibilidade de levar atempadamente a reunião de câmara os apoios financeiros aos clubes.

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

A Câmara Municipal apreciou a proposta e os documentos em anexo, e delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, um apoio financeiro de 1.000,00€ (mil euros) ao GRUPO DESPORTIVO CASA ÁGUIA COMPETIÇÃO, NIF 505233959, com sede na Rua 25 de Abril, nº 6, Apartado 70, 2431-909 Vieira de Leiria, para realização do 26º Concurso Nacional de Pesca Desportiva, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/198.

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo (Anexo 2) a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

31 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO PARA REALIZAÇÃO DE UM TORNEIO DE ANDEBOL DE PRAIA, EM SÃO PEDRO DE MOEL

823 - Presente informação da DCD I/1881/2016 datada de 10 de novembro de 2016 e a candidatura apresentada em 30 de setembro de 2015 pela SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO, com o registo de entrada E/8166/2015, para apoio financeiro à

realização de um Torneio de Andebol de Praia, em São Pedro de Moel, tal como se descreve nos documentos remetidos pela entidade beneficiária em anexo (I).

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), a comissão de avaliação nomeada através do despacho n.º 525/2015 de 12 de novembro, reuniu e classificou a candidatura com 39,2 pontos.

A candidatura foi admitida em reunião de Câmara de 31 de março de 2016 nos termos do n.º 6 do artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 14.º, pelo que ficou selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198.

Considerando ainda os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipal.

Considerando a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento.

Considerando as dificuldades em relação ao orçamento deste ano, e a impossibilidade de levar atempadamente a reunião de câmara os apoios financeiros aos clubes.

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

A Câmara Municipal apreciou a proposta e os documentos em anexo, e delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, um apoio financeiro de 1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros) à SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO, NIF 501056467, com sede na Rua dos Fundadores, nº 1 - Picassinos, 2430-420 MARINHA GRANDE, para realização de um Torneio de Andebol de Praia, em São Pedro de Moel, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/198.

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo (Anexo 3) a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salva-guarde o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

32 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À APAMG – ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE ANIMAIS DA MARINHA GRANDE PARA ACOLHIMENTO E TRATAMENTO DE ANIMAIS ABANDONADOS

824 - Presente informação da DCD I/1891/2016 datada de 11 de novembro de 2016 e a candidatura apresentada em 30 de setembro de 2015 pela APAMG – ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE ANIMAIS DA MARINHA GRANDE, com o registo de entrada E/8168/2015, para apoio financeiro à atividade de acolhimento e tratamento de animais abandonados no Concelho, tal como se descreve nos documentos remetidos pela entidade beneficiária em anexo (I).

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), a comissão de avaliação nomeada através do despacho n.º 525/2015 de 12 de novembro, reuniu e classificou a candidatura com 37,4 pontos.

A candidatura foi admitida em reunião de Câmara de 31 de março de 2016 nos termos do n.º 6 do artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 14.º, pelo que ficou seleccionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projecto

- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da saúde e ambiente, nos termos das alíneas g) e k), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza ambiental e de saúde pública, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/200.

Considerando ainda os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipal.

Considerando a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento.

Considerando as dificuldades em relação ao orçamento deste ano, e a impossibilidade de levar atempadamente a reunião de câmara os apoios financeiros aos clubes e associações da sociedade civil.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora à Associação, a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

A Câmara Municipal apreciou a proposta e os documentos em anexo, e delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, um apoio financeiro de 500€ (quinhentos euros) à APAMG – ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE ANIMAIS DA MARINHA GRANDE, NIF 506924211, com sede na Rua José Ferreira Custódio, nº 21, nº 1, 2430-265 MARINHA GRANDE, para desenvolvimento da atividade de acolhimento e tratamento de animais abandonados, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/200.

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo (Anexo 4) a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

33 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE PARA REALIZAÇÃO DO 6º GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DA AMIEIRINHA

825 - Presente informação da DCD I/1888/2016 datada de 10 de novembro de 2016 e a candidatura apresentada em 29 de setembro de 2015 pelo CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE, com o registo de entrada E/8166/2015, para apoio financeiro à realização do 6º Grande Prémio de Atletismo da Amieirinha, tal como se descreve nos documentos remetidos pela entidade beneficiária em anexo (I).

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), a comissão de avaliação nomeada através do despacho n.º 525/2015 de 12 de novembro, reuniu e classificou a candidatura com 35,6 pontos.

A candidatura foi admitida em reunião de Câmara de 31 de março de 2016 nos termos do n.º 6 do artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 14.º, pelo que ficou selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198.

Considerando ainda os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipal.

Considerando a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento.

Considerando as dificuldades em relação ao orçamento deste ano, e a impossibilidade de levar atempadamente a reunião de câmara os apoios financeiros aos clubes.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

A Câmara Municipal apreciou a proposta e os documentos em anexo, e delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, um apoio financeiro de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros) ao CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE, NIF 501163980, com sede na Rua do Clube Recreativo Amieirinhense, nº 17 - Amieirinha, 2430-038 MARINHA GRANDE, para realização do 6º Grande Prémio de Atletismo Amieirinhense, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/198.

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo (Anexo 5) a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

34 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – FUTEBOL CLUBE “OS BELENENSES”

826 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Atividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos—programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que o Futebol Clube “Os Belenenses” apresentou em 19 de outubro de 2016 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Futsal Feminino na época 2016/2017, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/195.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
FUTEBOL CLUBE “OS BELENENSES”	501124683	1.000,00 €
TOTAL		€

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 6), a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/195 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

35 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2016

827 - Presente deliberação de 7 de julho de 2016, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2016 e deliberação de 20 de outubro de 2016, que procedeu à prorrogação do prazo de entrega de candidaturas para 28 de outubro de 2016.

Presentes as candidaturas apresentadas pelas seguintes entidades:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Associação Sindical dos Reformados, Pensionistas e Idosos	502 870 419	29 julho 2016
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501 540 563	28 julho 2016
Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria	501 931 724	1 agosto 2016
Clube Desportivo Moitense	501 216 049	4 agosto 2016
Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria	506 171 795	28 julho 2016
Delegação Distrital da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	504 058 550	6 setembro 2016
Industrial Desportivo Viegrense	501 254 242	29 julho 2016
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	500 892 113	13 setembro 2016
Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	501 056 467	28 julho 2016
Sport Operário Marinhense	501 417 702	5 agosto 2016

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, *stress* e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2016.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2016, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que das entidades acima identificadas, apenas se encontram em condições de beneficiar de apoio financeiro, por não estarem em situação de incumprimento de contratos de apoio financeiro ou possuírem declarações de não dívida válidas:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

ENTIDADE	NIF
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501 540 563
Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria	501 931 724
Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria	506 171 795
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	500 892 113
Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	501 056 467
Sport Operário Marinhense	501 417 702

Considerando que a promoção das atividades acarreta custos.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando que o programa só foi aprovado em 7 de julho de 2016.

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Propõe-se a parceria com as entidades acima identificadas e a atribuição de um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) a cada entidade, destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisição de materiais de apoio às aulas ao longo do ano de 2016 e despesas necessárias à implementação do programa desde que devidamente fundamentadas.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro às entidades abaixo designadas, nos seguintes termos:

ENTIDADE	NIF	VALOR
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501 540 563	1500,00€
Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria	501 931 724	1500,00€
Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria	506 171 795	1500,00€
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	500 892 113	1500,00€
Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	501 056 467	1500,00€
Sport Operário Marinhense	501 417 702	1500,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

As verbas estão previstas em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 7), a celebrar com as entidades beneficiárias, que estabelecem os termos desta parceria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de desenvolvimento da actividade física para a 3ª idade porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais que cada entidade presta.

A cláusula 8ª do regulamento diz que “O valor do apoio financeiro é de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisições de materiais de apoio às aulas e despesas necessárias.”

Atribuir um valor igual a todos, não é correcto e seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição realiza, tendo em conta o seu empenhamento, o número de recursos humanos envolvidos, o número de utentes ou o tempo dispendido.

Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um atividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com atividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.”

36 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES – DELEGAÇÃO DO CENTRO, PARA PROMOÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA POR PARTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

828 - Proposta de deliberação e documentação remetidas em anexo.

Presente informação da DCD I/1868/2016 datada de 10 de novembro de 2016 e a candidatura apresentada em 28 de setembro de 2015, da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES – DELEGAÇÃO DO CENTRO, com o registo de entrada E/8098/2015, para apoio financeiro à promoção da atividade desportiva nas modalidades de basquetebol e andebol em cadeira de rodas, por parte de pessoas com deficiência tal como se descreve nos documentos remetidos pela entidade beneficiária em anexo (I).

A APD propõe-se promover e criar condições de acesso à prática desportiva nas modalidades de Basquetebol e Andebol, em cadeira de rodas, a pessoas com deficiência.

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou

Outra (adiante designado por regulamento), a comissão de avaliação nomeada através do despacho n.º 525/2015 de 12 de novembro, reuniu e classificou a candidatura com 31,8 pontos.

A candidatura foi admitida em reunião de Câmara de 31 de março de 2016 nos termos do n.º 6 do artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 14.º, pelo que ficou selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198.

Considerando ainda os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais.

Considerando a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento.

Considerando as dificuldades em relação ao orçamento deste ano, e a impossibilidade de levar atempadamente a reunião de câmara os apoios financeiros aos clubes.

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

A Câmara Municipal apreciou a proposta e os documentos em anexo, e delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, um apoio financeiro de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros) à ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES – DELEGAÇÃO DO CENTRO, NIF 501129430, com sede em Travessa Vieira de Leiria, nº 15, 2430-276 MARINHA GRANDE, para a prática de atividade desportiva nas modalidades de Basquetebol e Andebol em cadeira de rodas por parte de pessoas com deficiência, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/198.

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo (Anexo 8) a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

37 - CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DA CANDIDATURA APRESENTADA PELA PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E LUDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE (PVMG) RELATIVA A APOIOS PARA 2017.

829 - Presente informação n.º 2005/2016 da DCD, datada de 21 de novembro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão da candidatura da referida entidade, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

A PVMG, apresentou uma candidatura com o registo de entrada E/8279/2016, de 30 de setembro de 2016, ao programa de apoio a atividades de carácter pontual, para a realização do Festival de Teatro Sénior, através de requerimento próprio. Uma vez que a candidatura não estava devidamente instruída, foram solicitados esclarecimentos à entidade para a devida apreciação, para que no prazo de dez dias úteis, improrrogáveis e sob pena de exclusão da mesma, procedesse à entrega dos documentos em falta. A entidade regularizou a situação no prazo concedido.

A candidatura foi validada quanto aos requisitos previstos no regulamento, avaliada e classificada nos termos do disposto no artigo 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido o seguinte resultado:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

Atividades Pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8279/2016	513219161	PVMG – Projectos de Vida – Coop. Soc., Cult. E Lúdica Sénior da M.ª Grande, CRL	Festival de Teatro Sénior	26,2

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

As candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente conforme disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (alterada pelas leis n.º 22/2015, de 17 de março, lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e lei n.º 20/2012, de 14 de maio).

Em anexo é apresentado o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, as respetivas grelhas de avaliação, com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8279/2016	513219161	PVMG – Projectos de Vida – Coop. Soc., Cult. E Lúdica Sénior da M.ª Grande, CRL	Festival de Teatro Sénior	26,2	ADMITIR

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

38 - ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE (ADESER) II, IPSS EM 12 DE SETEMBRO DE 2003

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira solicitou dispensa de intervir na presente deliberação, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º, e n.º 1, alínea a) do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, na medida em que faz parte dos órgãos sociais da ADESER II, IPSS.

O Sr. Presidente declarou o referido impedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

830 - Presente deliberação nº 689, datada de 14 de agosto de 2003, na qual a Câmara Municipal deliberou de acordo com os artigos 13º, da alínea h) e 23º da Lei nº 159/99 de 14 de setembro, e de acordo com os artigos 64º, nº 4, alínea b) e 67º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, aprovar o protocolo relativo à cedência do espaço das antigas instalações do ISDOM.

Presente protocolo celebrado entre o Município da Marinha Grande e a ADESER II, IPSS, datado de 12 de setembro de 2003, onde ficaram estabelecidas as condições de cedência das instalações em causa.

Presente e-mail da ADESER II, IPSS, a solicitar uma adenda ao protocolo de cedência das instalações sitas na Rua Aníbal H. Abrantes, de forma a que todas as atividades desenvolvidas, no referido espaço fiquem devidamente enquadradas.

Considerando que o protocolo prevê na cláusula nº6, a possibilidade de ajustamentos, atualizações e/ou alterações.

A Câmara Municipal da Marinha Grande no uso da competência prevista nas alíneas u) e ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março, delibera aprovar a adenda que se anexa (Anexo 9), onde constam todas as valências que funcionam nas instalações anteriormente cedidas à ADESER II, IPSS, sitas na Rua Aníbal H. Abrantes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - CONTRATO DE FORNECIMENTO E RECOLHA - APRECIACÃO DO PEDIDO

Este ponto foi votado no início da reunião.

40 - PROMESSA DE ARRENDAMENTO – JM GLASS – VIDROS DA MARINHA GRANDE, SA

O **Sr. Presidente** explicou como, depois de diversas reuniões com a ocupante, se estabeleceram estas condições para a celebração de um contrato de arrendamento, quando a propriedade for da Câmara.

Os **Srs. Vereadores** pronunciaram-se sobre as referidas condições e expressaram as suas dúvidas, nos termos constantes das respetivas declarações de voto proferidas após a votação da proposta.

O Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

831 - Considerando que na sequência da reunião desta Câmara Municipal, de 25 de novembro passado, foi determinada a auscultação da atual ocupante de um espaço no prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7553, com vista à identificação de uma solução que salvguarde os direitos do Município da Marinha Grande ante a vontade já deliberada de aquisição do referido prédio;

Considerando que após diversas reuniões foi possível entabular um acordo de princípio que salvguarda os interesses, atuais e futuros, do Município da Marinha Grande;

Considerando que o acordo de princípio evita posteriores litígios contenciosos e o arrastar no tempo de processos que podem fazer perigar a defesa do interesse público;

Considerando que é de manifesto interesse para a Marinha Grande a manutenção de estabelecimentos que perpetuem aquela que é uma sua marca identitária fundamental – o vidro;

Considerando que está devidamente salvguardada a definição futura da utilização do prédio urbano que se pretende adquirir, encontrando-se protegidos de forma adequada os direitos de disposição, uso, fruição e não privação do futuro proprietário;

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar as seguintes condições para a celebração de um contrato-promessa de arrendamento para fins não habitacionais, de parte de um edifício, com 1.129,29 metros quadrados, integrado no prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7553/19930311 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 13254, a favor do Banco Comercial Português, SA, a adquirir pelo Município da Marinha Grande:

- 1) O contrato-promessa de arrendamento e o contrato de arrendamento são celebrados com a sociedade JM Glass – Vidros da Marinha Grande, SA, NIPC 506726029, na qualidade de arrendatária.
- 2) Prazo de duração: 10 (dez) anos, renovável automaticamente por períodos de 5 (cinco) anos.
- 3) Renda: o valor pago por metro quadrado da loja PoeirasGlass é de 0,42 euros por mês, que serve como padrão de referência. Pelo que tendo em conta a área ocupada, que é de 1.129,29 metros quadrados, o valor mensal a pagar é de 474,00 euros (quatrocentos e setenta e quatro euros).
- 4) O prazo de denúncia e de oposição à renovação é de um ano, para ambas as partes.
- 5) A parte do prédio objeto da promessa de arrendamento está em bom estado de conservação, não sendo conhecidos quaisquer vícios ou defeitos de construção, sendo reconhecida a desnecessidade de execução de obras de qualquer natureza.
- 6) A realização de obras, de qualquer espécie, carece sempre de consentimento escrito prévio do Município da Marinha Grande, sem prejuízo da adoção dos procedimentos de controlo prévio aplicáveis.

- 7) Todas as benfeitorias realizadas pela promitente arrendatária (JM Glass – Vidros da Marinha Grande, SA) ou por qualquer outra entidade no imóvel locado, que dele sejam indistacáveis, ficam a fazer parte integrante deste, não podendo ser reclamada por elas qualquer indemnização ou compensação.
- 8) Todas as despesas de conservação ordinária e de utilização do locado serão de conta da arrendatária.
- 9) Quando qualquer das partes incumpra uma ou mais obrigações a que fica vinculada pelo contrato de arrendamento prometido celebrar, assiste à parte fiel a faculdade de o resolver, constituindo-se a parte faltosa na obrigação de indemnizar a contraparte em montante igual a metade das rendas vincendas até ao termo do prazo do contrato.
- 10) O contrato promessa de arrendamento e o contrato de arrendamento a celebrar prevalecem sobre quaisquer outros contratos que a promitente arrendatária tenha celebrado para o mesmo espaço, por si ou por intermédio de terceiros, que não são, em qualquer caso, oponíveis ao Município da Marinha Grande.
- 11) A promitente arrendatária declara, de forma expressa e irretratável, que não se opõe à aquisição do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º7553, pelo Município da Marinha Grande, e ainda que não existe qualquer outra pessoa, singular ou coletiva, que tenha tido ou tenha interesse relacionado com o prédio em causa que afete a mencionada aquisição e/ou o prometido arrendamento
- 12) A arrendatária tem acesso ao espaço prometido arrendar através de acesso já existente na Rua do Matadouro, mas o Município da Marinha Grande pode alterar o local de acesso, sem necessidade de autorização prévia da arrendatária, contanto que esta seja avisada com uma antecedência mínima de 60 dias seguidos.
- 13) Os encargos e despesas correntes respeitantes ao fornecimento de bens ou serviços relativos ao local arrendado (por exemplo, água e energia elétrica) correm por conta da arrendatária.
- 14) É expressamente prestado o consentimento da arrendatária para a eventual realocação da área arrendada no perímetro do prédio urbano acima identificado, sendo garantida uma área e uma exposição pública similares às atualmente existentes.
- 15) A arrendatária mantém os lugares de estacionamento atualmente utilizados até à execução da via de ligação do estacionamento a poente do Parque da Cerca até à Rua do Matadouro. Após a conclusão desta ligação, a arrendatária disporá de 2 lugares de estacionamento para a administração, 3 lugares para clientes e 1 lugar para cargas e descargas.
- 16) A renda deve ser paga até ao oitavo dia do mês a que respeite, por transferência bancária para conta do Município da Marinha Grande a indicar por este.
- 17) As consequências da mora no pagamento da renda são as previstas na lei.
- 18) A renda é atualizada anualmente após o decurso de 5 anos de duração do contrato, de acordo com o índice de preços ao consumidor disponível no mês anterior à efetivação da atualização.

- 19) Não é autorizada a transmissão da posição contratual da arrendatária, o subarrendamento por parte desta ou qualquer outro negócio jurídico que se traduza numa alteração do que tiver sido pactuado originariamente entre as partes.
- 20) O contrato prometido deve ser celebrado no prazo de 30 dias a contar do registo da aquisição a favor do Município da Marinha Grande, que é igualmente a data limite para retirada de quaisquer bens que a arrendatária tenha, por si ou por terceiros, no prédio adquirido, pelo Município da Marinha Grande, mas fora da área arrendada.
- 21) A falta injustificada da promitente arrendatária na data e hora fixados para a celebração do contrato de arrendamento desobriga o promitente senhorio da promessa de arrendamento.
- 22) O incumprimento do contrato-promessa, por qualquer das partes, implica o pagamento à outra do valor correspondente a metade das rendas vincendas pelo prazo do contrato prometido celebrar, nada mais sendo devido seja a que título for.
- 23) Devem ser anexadas ao contrato-promessa declarações, expressas e irrevogáveis, da sociedade Jorgen Mortensen – Sociedade de Investimentos Imobiliários e Participações, SA e a título pessoal dos administradores das duas sociedades (Jorgen Mortensen, SA e JMGlass, SA) e dos herdeiros de Jorgen Mortensen, a esse título e a título pessoal, de que não se opõem à aquisição do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º7553, pelo Município da Marinha Grande e que aceitam a prevalência do contrato prometido celebrar sobre qualquer outro contrato em que sejam intervenientes e que com este seja conflituante e ainda que não existe qualquer outra pessoa, singular ou coletiva, que tenha tido ou tenha interesse relacionado com o prédio em causa que afete a mencionada aquisição e/ou o prometido arrendamento.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Vítor Pereira e Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente por se tratar de um espaço importante para o desenvolvimento da Marinha Grande e do seu centro histórico. Vai ser com certeza uma alavanca para criar um espaço multifuncional, para grandes eventos, e para aquilo que a Marinha Grande tanto precisa: o mercado municipal.

Este contrato sossegou-me com o ponto 12 e com o ponto 19.

Penso que é um bom negócio para a Câmara Municipal, com benefício para o centro histórico e também para os comerciantes.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra

1. Mais uma vez o processo não veio instruído com qualquer parecer técnico, ninguém é responsável por esta proposta. No mínimo tinha que vir acompanhado por um parecer jurídico.

2. Relativamente ao enquadramento desta proposta de contrato há que referir o seguinte:

a) na reunião de 25 de Novembro o Sr. presidente dá conhecimento ao órgão executivo, através da leitura de uma suposta proposta de contrato de aquisição do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 7553/19930311 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 13254, apresentada pelo proprietário, o Banco Comercial Português, dos termos do contrato que materializará a decisão do executivo quanto à aquisição deste prédio.

b) nessa circunstância a CM toma conhecimento de que existe uma acção judicial em curso para que a Sr.ª Ana Mortensen desocupe o espaço que ocupa ilegítimamente e à revelia da vontade do actual proprietário, o Banco Comercial Português.

c) obviamente que nos insurgimos, tal como outros colegas da mesa, com o facto de ter sido acordado um valor de aquisição do prédio, tendo por base uma avaliação realizada por um perito da área, e agora o Banco vir propor os termos da aquisição do imóvel sobre o qual pende uma acção judicial destinada a obrigar a senhora Ana Mortensen a desocupar o espaço. Na prática esta aquisição pode vir a custar muito mais ao erário público do que o valor patrimonial que lhe está atribuído.

d) Na referida reunião o Sr. Presidente, após consultar o Banco, também deu nota de que a acção judicial em curso será finda com a aquisição, por parte da CM, do bem em apreço, ou seja, o Banco não demonstrou receptividade para a transferência do titular da acção em simultâneo com a respectiva aquisição da bem.

e) esta situação levantou vários problemas, tendo-se decido que fazia sentido o Sr. Presidente iria falar com a dita senhora no sentido de perceber qual a sua perspectiva futura sobre esta matéria, designadamente se tenciona sair caso perca a acção judicial, se pretende manter-se ali, o que pensa fazer. Pensámos que tinha ficado claro que não se iria negociar o que quer que fosse com a pessoa que ocupa o espaço de forma ilegítima, até para não perder a força institucional neste processo.

3. Por esta razão consideramos que a presente proposta é estranha na medida em que parte do pressuposto de que a senhora goza de uma qualquer legitimidade na ocupação do espaço que, de acordo com a informação de que dispomos (e que foi transmitida verbalmente pelo Sr. presidente na última reunião), parece não ter.

4. Em relação à proposta de “Promessa de Arrendamento” propriamente dita cabe-nos fazer as seguintes considerações:

a) Nas condições do contrato promessa não consta o fim a que se destina o arrendamento (refere apenas que é para fins não habitacionais) e do meu ponto de vista tal uso a dar à parte do prédio objeto do arrendamento deve ficar expressa no contrato, assim como a cláusula de não ser permitido à arrendatária dar-lhe outro destino ou uso que não o destinado no contrato, sob pena de resolução do contrato pelo município. O contrato não prever as situações em que o Município pode denunciar o contrato, nomeadamente por motivos de instalação e funcionamento dos seus próprios serviços ou por lhe ser dado um

fim para o qual a presença desta empresa seja incompatível, ou ainda por outras razões de fundamentado interesse público (ver os artigos 64.º e 65.º do D.Lei nº 280/2007, de 7 de Agosto, na sua versão mais atual, que é o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público).

b) Não acautela a impossibilidade de realização de um trespasse.

c) A questão do prazo do contrato é excessiva e a forma de renovação automática também não faz sentido, de 5 em 5 anos.

d) A parte do prédio que será ocupada não está devidamente identificada, pode ser “muito ou pouco espaço”, é vago.

e) Não se entende a razão pela qual terá lugares de estacionamento reservados, situação que não é garantida para todos os comerciantes da cidade.

Pelo exposto, sou da opinião de que esta proposta não seja aprovada. Considero que o assunto deve vir a reunião instruído de forma completa, isto é, com o contrato de aquisição do prédio objecto deste processo, a fundamentação do impacto financeiro do problema decorrente ocupação indevida de parte deste imóvel e dos aspectos favoráveis e nefastos associados à aquisição do imóvel com o problema da ocupação indevida do espaço.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Embora completamente favorável à aquisição dos terrenos da antiga FEIS, posição que inclusivamente já manifestei publicamente em vários órgãos de comunicação social, não posso deixar de manifestar a minha discordância com a actual proposta de contrato-promessa de arrendamento.

Na verdade, o contrato que nos foi proposto consubstancia um contrato leonino para o arrendatário e não acautela de nenhuma forma o interesse público da Câmara.

Não refiro pormenores porque eles são por demais evidentes na proposta apresentada. No entanto também não posso deixar de referir a total ausência de conhecimento dos autos do processo que continua a transitar nos Tribunais.

Não conheço eu, não conhece nenhum Vereador e não conhece o Sr. Presidente da Câmara. Por tais motivos, independentemente da necessidade e do interesse da aquisição do espaço, o negócio nunca deverá avançar sem estarem salvaguardadas todas as questões que possam eventualmente causar prejuízos ao erário público.

Por uma questão de prudência, o meu voto contra.”

O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente esta proposta de promessa de arrendamento porque no uso do que me foi incumbido na reunião de 25 de novembro, dialogar com a ocupante de parte do imóvel, e tendo em conta as opiniões aí emitidas pelos Srs. Vereadores, procurei acautelar o interesse futuro do Município, plasmado nas cláusulas da proposta de contrato de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

promessa de arrendamento a que acolhi também a opinião aqui emitida de no contrato dever ficar expresso o fim a que se destina o atual e anexar a planta da área arrendada pelo contrato.”

41 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia catorze de dezembro de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.238.912,32 €** (treze milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e doze euros e trinta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

42 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE PARA COLOCAÇÃO DE DOIS RELVADOS SINTÉTICOS DE FUTEBOL SETE NAS INSTALAÇÕES DO ACM. ADITAMENTO.

832 - Considerando a candidatura do Atlético Clube Marinhense datada de 5 de novembro de 2015, com o registo de entrada E/9784/2015, posteriormente completada e reformulada através do registo de entrada E/4282/2016 de 13 de maio de 2016 em anexo (1), para apoio financeiro para a COLOCAÇÃO DE DOIS RELVADOS SINTÉTICOS DE FUTEBOL SETE NAS INSTALAÇÕES DO ACM, cujos trabalhos foram descritos nos documentos remetidos através do registo E/7225/2016 de 26 de agosto de 2016 em anexo (2), nomeadamente no orçamento retificado (que anulou e substituiu o orçamento – e respetivos mapas de trabalhos – anteriormente apresentados em maio de 2016) que deu entrada através do registo de entrada E/7225/2016 de 26 de agosto de 2016, onde se lê:

Capítulo – 1 – Pavimento

1.1 – Fornecimento e instalação relva sintética da Limonta, Diamond 50 de última geração (monofilamento), em polietileno resistente ao calor e ao gelo, incluindo carga de areia e sílica, lavada e seca, bem como carga de granulado de borracha (SBR), nas quantidades conforme especificações da relva. Fabricada em rolos de 4m de largura. Marcação de linhas de jogo no mesmo material em cor branca.

Cumprindo com a regulamentação da F. P. Futebol, com a união dos rolos da relva efetuado com cola bi-componente de poliuretano, sobre cinta geotêxtil de 30 cm de largura, cujo valor total estimado era de 117.500,00 euros.

Considerando que o Atlético Clube Marinhense remeteu para a Câmara Municipal o relatório de receitas e despesas nos termos do n.º 4 da cláusula 4.ª do contrato programa em anexo (3) no qual apresentou:

- Uma fatura e respetivo recibo de 100.000,00 – Fornecimento e aplicação de relvado sintético “Dimond” - que designaram de 1 – paga por cheque;
- Vinte e uma faturas no valor total de 24.187,71 euros, sem IVA – Materiais de construção vários, resíduos/detritos e trabalhos de terraplanagem e movimentação de terras, compactação de tout-venant - que designaram de 2 a 22 – pagas em numerário.

Considerando que no relatório da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento em anexo (4) é referido que: *“(...) salvo melhor opinião, pese embora seja perfeitamente claro que foi instalado um sistema de drenagem dos relvados e realizados outros trabalhos complementares à instalação dos relvados, o mapa de trabalhos apresentado à Câmara Municipal que serviu de suporte à atribuição do apoio não faz qualquer menção a estes trabalhos. Só faz menção a “Fornecimento e instalação relva sintética da Limonta, Diamond 50 de última geração (monofilamento), em polietileno resistente ao calor e ao gelo, incluindo carga de areia e sílica, lavada e seca, bem como carga de granulado de borracha (SBR), nas quantidades conforme especificações da relva. Fabricada em rolos de 4m de largura. Marcação de linhas de jogo no mesmo material em cor branca. Cumprindo com a regulamentação da F. P. Futebol, com a união dos rolos da relva efetuado com cola bi-componente de poliuretano, sobre cinta geotêxtil de 30 cm de largura (...)”;*

Considerando que no parecer da Chefe de Divisão sobre o relatório citado no parágrafo anterior, se afirma: *“(...) atendendo ao exposto, entendo que, salvo melhor opinião, só a fatura da VIMAGREEN SA relativa à colocação do relvado Diamond, no valor de 100.000,00 euros é que será enquadrável com o objeto do contrato, a que corresponderá um apoio financeiro de 85.106,30 euros, atendendo a que, de acordo com o n.º 2 e n.º 3 da cláusula 4.ª do contrato programa, o valor máximo da comparticipação financeira de 100.000,00 euros (cem mil euros) que corresponde a 85,1063% dos custos efetivos totais do programa de desenvolvimento desportivo, sendo que a restante componente financeira e quaisquer outros custos necessários à implementação do objeto deste contrato são suportados pelo ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE (...)”;*

Considerando que foi pago ao Atlético Clube Marinhense a quantia de 85.106,30 euros, valor que correspondente à comparticipação do apoio financeiro a atribuir nos termos do objeto do contrato celebrado com o ACM, segundo o mapa de trabalhos remetido em 26 de agosto de 2016;

Considerando que através do registo de entrada E/10267/2016 de 12 de dezembro de 2016 em anexo (5) o Atlético Clube Marinhense alega que, *“(...) por lapso (...) não foram apresentados os respetivos orçamentos, com a previsão dos custos a considerar com todas as infraestruturas necessárias à colocação dos dois sintéticos de futebol 7 (...)”;*

Considerando que o contrato foi efetuado de acordo com a candidatura remetida pelo Atlético Clube Marinhense através do registo de entrada E/9784/2015, posteriormente completada e reformulada através do registo de entrada E/4282/2016 de 13 de maio de 2016, cujos trabalhos objeto de apoio financeiro foram descritos nos documentos remetidos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

através do registo E/7225/2016 de 26 de agosto de 2016, em substituição dos apresentados anteriormente;

Considerando que foram entregues cópias de faturas, segundo o mapa descritivo em anexo (6), com recibos/comprovativos de pagamentos efetuados um por transferência bancária da conta do Marinhense, dois por cheque do presidente do Atlético Clube Marinhense, três por cartão de conta não identificada e outras, segundo informou o ACM no relatório de receitas e despesas, quatro em numerário;

Considerando que o n.º 3 do artigo 63.º-C da Lei Geral Tributária (LGT), preceitua que *“os pagamentos respeitantes a faturas ou documentos equivalentes de valor igual ou superior a (euro) 1000 devem ser efetuados através de meio de pagamento que permita a identificação do respetivo destinatário, designadamente transferência bancária, cheque nominativo ou débito direto”*;

Considerando que o pagamento de faturas com valor final depois de impostos superiores a 1000 euros violam o disposto na LGT nos termos do referido no parágrafo anterior, não podendo por isso ser consideradas para objeto de apoio financeiro;

Considerando que apenas devem ser consideradas como despesas efetivamente comprovadas e válidas as atestadas através de faturas pagas com cheque, multibanco, transferência bancária ou pagamento em dinheiro abaixo dos 1000 euros desde que com respetivo recibo – indicadas no anexo 6, na coluna “a considerar”;

Considerando que sem os trabalhos prévios de infraestruturação do local onde foi assente a relva sintética não seria possível aplicar o relvado;

Considerando que o ACM incluiu inicialmente esses trabalhos prévios de infraestruturação do local no orçamento de 117.500,00 euros apresentado na candidatura, cujo teor se manteve idêntico, mas substituiu o mapa de trabalhos remetido no registo E/7225/2016 de 26 de agosto de 2016, sem considerar esses trabalhos que são imprescindíveis à colocação dos relvados;

A Câmara Municipal, após apreciação do exposto e dos documentos em anexo, delibera, ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, considerar incluído no programa de desenvolvimento desportivo aprovado os trabalhos de aplicação de materiais para preparação e realização das infraestruturas dos relvados no âmbito do contrato-programa que tem por objeto a COLOCAÇÃO DE DOIS RELVADOS SINTÉTICOS DE FUTEBOL SETE NAS INSTALAÇÕES DO ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE, celebrado com o ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE, NIF 501224254, cujas despesas são elegíveis para os efeitos da sua cláusula 4.ª.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 32

A Câmara Municipal delibera ainda que, em consequência, seja pago ao Atlético Clube Marinhense, o montante de 14.893,70 euros (catorze mil, oitocentos e noventa e três e setenta cêntimos), mediante prévia apresentação dos originais das faturas para efeitos de certificação.

Mais delibera aprovar a minuta de adenda ao contrato-programa em anexo (Anexo 10) a celebrar com o Atlético Clube Marinhense.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

833 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 19:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião

O conteúdo da presente reunião fica integralmente registado em suporte digital.
